



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**DESENVOLVIMENTO COM BASE EM RECURSOS NATURAIS:
ANÁLISE DA ECONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO 1990 – 2012**

SAMMUEL SILVA VASCONCELOS

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DESENVOLVIMENTO COM BASE EM RECURSOS NATURAIS:
ANÁLISE DA ECONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO 1990 – 2012**

SAMMUEL SILVA VASCONCELOS

**Sob a orientação do Professor
Carlos Antônio Brandão**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em **Planejamento Urbano e Regional**, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Seropédica – Rio de Janeiro

Mai de 2014

338.98121

Vasconcelos, Sammuel Silva, 1982-

V331d

T

Desenvolvimento com base em recursos naturais: análise da economia do Estado do Maranhão 1990-2012 / Sammuel Silva Vasconcelos. - 2014.

80 f.: il.

Orientador: Carlos Antônio Brandão.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2014.

Bibliografia: f. 77-80.

1. Desenvolvimento econômico - Maranhão - Teses. 2. Economia - Maranhão - História - Teses. 3. Recursos naturais - Maranhão - Teses. I. Brandão, Carlos Antônio, 1959- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

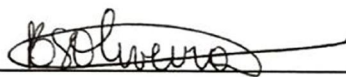
SAMMUEL SILVA VASCONCELOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/05/2014



Carlos Antônio Brandão (Orientador)



Hipólita Siqueira de Oliveira-UFRJ



Robson Dias da Silva-UFRRJ

DEDICATÓRIA

Em primeiro plano ao extrato da população maranhense mais castigada ao viver e sobreviver em um dos estados mais imersos no subdesenvolvimento, região que compõe o grande mosaico brasileiro do subdesenvolvimento.

A essas famílias que há décadas lutam e aguardam por justiça social, por dias melhores.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Sebastiana Xavier e irmã Sara Rocha por todo o apoio durante essa longa, feliz e árdua caminhada que a chamamos de vida.

A Carlos Antonio Brandão por sua orientação direcionada a essa pesquisa acadêmica e também pela contagiante inspiração ao refletir um prisma de análise sobre economia, sociedade e política necessários e indispensáveis para a apreciação e construção de proposições referente ao tema do desenvolvimento.

Aos amigos e amigas que compartilhamos durante esses anos o ambiente acadêmico, pelos infinitos debates e discussões, troca de vivências e aprendizado que sem dúvida contribuíram para complementar e potencializar a compreensão teórica abordada durante esses anos.

RESUMO

O tema relacionado ao desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais ocupa atualmente significativo espaço nos debates acadêmicos e políticos sobre o futuro do Brasil. O objetivo do respectivo trabalho é investigar a estrutura e a dinâmica recente da economia maranhense, com ênfase no papel dos recursos naturais para o desenvolvimento do estado. O Maranhão apresenta considerável dependência do seu nível de atividade econômica ligada ao comportamento dos preços de suas principais *commodities* minerais e agrícolas no mercado internacional. A estrutura produtiva maranhense é caracterizada por marcante participação relativa atribuída à indústria de bens intermediários e pela grande oferta de recursos naturais e produção orientada a atender o mercado externo. Neste sentido, esta dissertação pretende contribuir para o debate da evolução, caracterização estrutural e dinâmica da economia maranhense no contexto nacional durante o período 1970 a 2010, procurando identificar mudanças e continuidades com ênfase no período mais recente 1990 a 2010. O trabalho lança luz sobre a atual reorientação verificada não somente no estado do Maranhão, mais a compreender toda o processo em escala nacional resultando no fortalecimento da condição brasileira de provedora de *commodities* em detrimento da indústria de transformação. Por fim, procura-se aqui situar esse debate no contexto mais amplo da busca pela compreensão das razões do subdesenvolvimento da região Nordeste e levantamento de possíveis brechas de rupturas necessárias ao desenvolvimento não somente nordestino mais de todo o país.

Palavra Chave: Desenvolvimento. Recursos Naturais. Maranhão.

ABSTRACT

The theme of the economic development process led by natural resources currently occupies significant space in academic and political debates about the future of Brazil. The goal of this research is to investigate the structure and recent dynamics of Maranhão economy, with emphasis on the role of natural resources for the development of the state. Maranhão has considerable dependence on their level of economic activity linked to the behavior of prices of its key mining and agricultural commodities in the international market. The Maranhão production structure is characterized by marked relative share assigned to the intermediate goods industry and the large supply-oriented to serve the foreign market production and natural resources. In this context, this work aims to contribute to the debate of evolution, structural characterization and dynamics of Maranhão economy in the national context period in the 1970 to 2010, seeking to identify changes and continuities with emphasis on the period from 1990 to 2010. The work sheds light on the current reorientation observed not only in the state of Maranhão, but to understand the entire nationwide resulting in the strengthening of the Brazilian condition supplier of commodities to the detriment of the manufacturing industry. Finally, it seeks to situate this debate here in the broader context of the quest for understanding the reasons for the underdevelopment of the Northeast region and to identify possible gaps breaks needed to develop not only the Northeast over the whole country.

Keywords: Development. Natural Resources. Maranhão.

RESUMEN

El tema del proceso del desarrollo económico liderado por recursos naturales, ocupa en la actualidad un significativo espacio en los debates académicos y políticos sobre el futuro de Brasil. El objetivo de este trabajo es investigar la estructura y la dinámica reciente de la economía maranhense, con énfasis en el papel de los recursos naturales para el desarrollo del estado. El Maranhão presenta considerable dependencia de su nivel de actividad económica ligada al comportamiento de los precios de sus principales *commodities* minerales y agrícolas en el mercado internacional. La estructura productiva maranhense es caracterizada por la fuerte participación relativa, atribuida a la industria de bienes intermediarios y por la gran oferta de recursos naturales, producción orientada a atender el mercado externo. En este contexto, esta tesis de maestría pretende contribuir para el debate de la evolución, caracterización estructural y dinámica de la economía maranhense durante el período 1970 al 2010 en el contexto nacional, procurando identificar cambios y continuidades con énfasis en el período comprendido entre 1990 al 2010. El trabajo pretende arrojar luz sobre la actual reorientación verificada no solamente en el estado de Maranhão, sino también para comprenderla escala nacional que da como resultado el fortalecimiento de la condición brasilera de proveedora de *commodities* en detrimento de la industria de transformación. Por fin, se procura situar el debate en el contexto más amplio de la búsqueda por la comprensión de las razones del subdesarrollo de la región Nordeste y la formulación de posibles vías de ruptura necesarias para el desarrollo no solamente nordestino, sino también de todo el país.

Palabras Clave: Desarrollo. Recursos Naturales. Maranhão.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - Brasil e Estados do Nordeste População Residente por Situação do Domicílio % (2000 – 2010)	26
TABELA 2.2 - Estabelecimentos Agropecuários: Grupos de Áreas, Número de Estabelecimentos (%), Área dos Estabelecimentos (%)	28
TABELA 2.3 - Taxa de Crescimento Real Anual do PIB do Brasil, Nordeste e Estados da Região % a.a. (1996 – 2010)	31
TABELA 2.4 - Nordeste: Diferença do PIB <i>per capita</i> a Preços Correntes_Brasil = 100% (1995 – 2011)	33
TABELA 2.5 - Indústria de Transformação: Distribuição Espacial do Valor Bruto da Produção na Região Nordeste, em % (1996 – 2011)	34
TABELA 2.6 - Maranhão: Composição da Indústria de Transformação por Grupo de Uso em (%) 1996 – 2007.....	36
TABELA 2.7 - Estrutura (%) do VTI da Indústria de Transformação do Estado do Maranhão Segundo Classes de Gênero, 1996 - 2007	37
TABELA 2.8 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Participação Relativa da Indústria de Transformação diante do Valor Bruto da Produção Industrial (%) 1996, 2001, 2006 e 2011	38
TABELA 2.9 - Estrutura do VTI da Indústria de Transformação do Estado do Maranhão Segundo Classes de Gênero, 2008 – 2011, em %.....	39
TABELA 2.10 - Estados do Nordeste: Participação da Indústria Metalúrgica no VTI da Indústria geral (%) 1996, 2003 e 2011	41
TABELA 2.11 - Maranhão: Participação da Indústria Extrativa Diante da Indústria Geral em (%) 1996 – 2011.....	43
TABELA 2.12 - Maranhão: Atividade Extrativa de Minerais Metálicos: Participação Junto a Indústria Extrativa 2003 – 2011	44
TABELA 3.1 - Maranhão: Investimentos Realizados e Previsto para o Estado do Maranhão no período 2009 – 2019. Participação por segmento em %	58
TABELA 3.2 - Maranhão: Capacidade de Geração de Energia Elétrica - 2014.....	62
TABELA 3.3 - Maranhão, Nordeste e Brasil: Produção Anual de Cimento e Consumo Aparente Anual 2001 e 2012 em 1.000 Toneladas	70

LISTA DE FIGURAS

- GRÁFICO 2.1** - Diferença do PIB *Per Capita* a Preços Correntes Nordeste e Maranhão. Brasil = 100% (1995 – 2011)..... **32**
- GRÁFICO 2.2** - Maranhão: Indústria Extrativa: Participação Relativa Salários Pagos Diante da Indústria Geral % 1996 – 2011..... **45**

LISTA DE ABREVIACÕES

ALUMAR	Consórcio de Alumínio do Maranhão
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BIG	Banco de Informações de Geração
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CLN	Projeto Capacitação Logística Norte
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
COMEFC	Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão
COSIMA	Companhia Siderúrgica do Maranhão
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CFEM	Compensaao Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC	Estada de Ferro Carajás
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste Leste
FNS	Ferrovias Norte Sul
GPI	Grandes Projetos de Investimento
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IRC	Brazil Resources
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGC	Programa Grande Carajás
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PIN	Programa de Integração Nacional
PLPT	Programa Luz para Todos

PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PROMARANHÃO	Programa de Incentivo as Atividades Industriais e Tecnológicas do Estado do Maranhão
SEDINC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão
SIN	Sistema Interligado Nacional
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELMA	Companhia de Telecomunicações do Maranhão
TLSA	Ferrovias Transnordestina
TMPM	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira
UHE	Usina Hidrelétrica Estreito
UTE	Unidade Termo Elétrica
VBP	Valor Bruto da Produção
VTI	Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	
O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	3
1.1 Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Recursos Naturais.....	3
1.2 Importância Histórica dos Recursos Naturais	5
1.3 Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Recursos Naturais na América Latina	8
1.4 Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Recursos Naturais no Brasil	15
1.5 Emergência de Revalorização dos Recursos Naturais e Transformação da Inserção na Divisão Internacional Trabalho	20
CAPÍTULO II	
DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA DO MARANHÃO 1970 – 2010	22
2.1. A dinâmica da economia maranhense no contexto da economia brasileira (1970 – 2010).....	22
2.2. Estrutura e dinâmica recente da economia maranhense no contexto da economia nordestina (1990 – 2010)	25
2.3. Estrutura e dinâmica da economia maranhense (1990 – 2010)	36
2.3.1. A indústria de transformação maranhense	37
2.3.2. A indústria extrativa maranhense (1990 – 2010)	42
CAPÍTULO III.....	
MARANHÃO E A RECENTE PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO COM BASE EM RECURSOS NATURAIS	46
3.1. Obediente inserção regional: A condição maranhense e nordestina na especialização em produção de bens intermediários	47
3.2. Questão regional maranhense: A condição necessária de apontamentos para a construção de propostas de desenvolvimento	49
3.3. Necessidade da compreensão histórica das intervenções do Estado e do capital no Nordeste	52
3.4. Reorientação produtiva e reorganização do espaço: Busca incessante para atender o mercado externo..	55
3.5. Proposta de desenvolvimento com base em recursos naturais: Contradições, dependência e vulnerabilidade no Maranhão	57
CONCLUSÕES	73
REFERÊNCIAS	77

APRESENTAÇÃO

O estado do Maranhão após os anos 1980 registrou expressivas alterações em sua estrutura produtiva, em destaque ocorreu uma progressiva orientação de sua economia com base em *commodities* minerais e agrícolas. Desde a década de 1970 há o registro do avanço da inserção da região Nordeste na economia nacional caracterizada por uma condição complementar. No plano internacional, a inserção possui a característica subordinada sustentada pela oferta de bens primários e bens intermediários ao mercado externo.

A partir do final da década de 2000 há no estado o início de intenso registro de investimentos e projeções de inversões a resultar em um determinado aprofundamento da sua orientação produtiva.

Diante deste contexto, faz-se necessário compreender não só as alterações verificadas na estrutura produtiva nos últimos anos (no Maranhão e no Brasil), mas também o perfil setorial dos investimentos em curso e as mais prováveis tendências ao médio e longo prazo.

Quanto à economia maranhense é preciso ter presente suas heranças históricas, para indagarmos sobre suas transformações recentes. O estado do Maranhão apenas na década de 1970 se viu ampla e profundamente inserido em uma divisão inter-regional do trabalho nordestina e brasileira. Antes o estado, tendo por base a produção realizada por pequenos produtores, se especializou no fornecimento de alimentos básicos, sobretudo o de arroz e pecuária bovina.

Durante a década de 1970 o governo federal iniciou a execução de projetos para o “desenvolvimento” da região e a modernização da agricultura, via SUDAN e SUDENE. Buscou-se “modernizar” a agricultura maranhense via constituição de inúmeras empresas agrícolas, tendo por base fazendas que ocupavam grandes áreas. Outra característica da política em questão foram os generosos incentivos fiscais e créditos subsidiados concedidos aos investimentos na região. Neste contexto, cabe o destaque às intervenções do governo a impulsionar a concentração da terra e renda.

A década de 1980 é marcada no estado a partir da idealização do Projeto Grande Carajás – PGC e do avanço das políticas de “modernização conservadora” do setor agropecuário. O PGC ocupou parte dos estados do Pará e Maranhão buscou viabilizar a exploração de minerais no estado paraense a partir da constituição do complexo mina, ferrovia e porto.

Os principais impactos na economia maranhense se deram com a implantação da Ferrovia Carajás e a instalação de indústrias na capital São Luis. Posteriormente, no final dos anos 1980, concretizou-se a instalação de um polo industrial voltado para produção de ferro gusa, destinado ao mercado externo a margem da ferrovia situada no município de Açailândia. Observa-se que um dos fatores que contribuíram para a instalação do polo, além da recente logística instalada a partir da Estrada de Ferro Carajás, foi a disponibilidade de carvão vegetal, oriundo da Amazônia Legal e utilizado intensamente na atividade produtiva do ferro-gusa.

Os anos noventa foram marcados pela crescente atividade de produção de grãos, sobretudo soja, no sul do estado. Ao final da década de 1990 a soja ganha expressão também na região Leste maranhense, a partir do avanço contínuo de área plantada e produção.

A década de 2000 se destaca principalmente pela continuidade do avanço do setor agrícola dedicado à produção de *commodities*. A região Sul do estado foi inserida entre os principais polos produtores de soja para o mercado externo. Desde então o Maranhão alcançou significativa participação na produção nordestina de grãos, ao lado da Bahia e Piauí. Outra característica importante diz respeito a expansão das exportações de *commodities* minerais em razão do aumento dos preços internacionais no início dos anos 2000. Ao final dessa década se inicia um processo de intensificação dos investimentos no estado, caracterizados por sua limitada capacidade de promoção de transformações estruturais no sentido de maior diversificação do aparelho produtivo maranhense.

A partir de 2009 há uma intensificação do volume de investimentos, com previsões de continuidade marcante durante dez anos. Nota-se o caráter concentrado das respectivas inversões de capital, sendo que 98,02% dos investimentos se destinam aos segmentos de petróleo e gás, logística, energia, siderurgia, alumínio e papel e celulose.

Neste contexto, o presente trabalho procura sistematizar as informações disponíveis sobre a estrutura e a dinâmica recente da economia maranhense, buscando melhor qualificar a discussão em torno da atual proposta de desenvolvimento baseado em recursos naturais, ao destacar suas potencialidades, limites e contradições.

CAPÍTULO I

O PAPEL DOS RECURSOS NATURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

1.1 Crescimento Econômico, Desenvolvimento e Recursos Naturais

O tema desenvolvimento econômico liderado por recursos naturais ocupa atualmente significativo espaço nos debates acadêmicos e políticos sobre o futuro do Brasil. O assunto ganhou maior relevância no país recentemente, em razão da rápida ascensão das exportações de produtos primários e após a divulgação das oportunidades de extração de petróleo na camada do pré-sal.

A dinâmica que se redesenha no Brasil com base na crescente exportação de *commodities* agrícolas, minerais, energéticas resulta em profundos impactos espaciais, sociais e na economia. É possível verificar mudanças importantes na estrutura produtiva nacional, pois nos últimos anos ocorreram contínuas reduções da participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto - PIB brasileiro, sugerindo uma provável reorientação produtiva direcionada aos produtos primários. Outra característica de igual importância diz respeito às mudanças promovidas em diversas economias regionais por todo o país através de um intenso processo de acumulação de capital guiado pela exploração dos recursos naturais.

Verifica-se a existência e a contínua hegemonia de um bloco no poder (Pinto, 2011), sustentando um arranjo político a orientar políticas fiscais, financeiras e de infraestrutura que passam a fortalecer e dinamizar a economia brasileira e pontos no espaço em determinadas economias regionais, a partir da extração e elaboração de bens voltados ao mercado internacional de mercadorias primárias ou de baixo valor agregado.

Ao erguer questões sobre a dinâmica do capitalismo e sua estreita relação com a exploração dos recursos naturais, procura-se revisitar o curso da história na busca por elementos e conseqüentemente de maior compreensão das estratégias de acumulação de capital, suas conseqüências e limites.

A proposta de compreensão dos movimentos do capital é desafiadora principalmente devido ao seu atual nível de dinamismo, principalmente ao tentarmos identificar os fluxos de excedentes e a estrutura hierárquica de poder e tomada de decisões, seja nas escalas espaciais

nacional, macrorregional e “estadual”. Cabe destacar que a reorganização econômica verificada no Brasil nos últimos anos, tendo por base a “especialização regressiva” (Coutinho, 1997) em produção e exportação de *commodities* é totalmente desprovida de autonomia, próxima a uma situação de implante de “enclaves exportadores” e reflete uma inserção passiva do país diante da dinâmica econômica mundial.

A atual dinâmica imposta pelo comércio mundial, com destaque para o “efeito China”, direciona o Brasil para um processo de “reprimarização” de sua economia. A referida configuração não é diferente em outros países da América Latina podendo variar em maior ou menor intensidade.

Apesar das estratégias mais ousadas de alguns governos progressistas na América Latina em promover maior agregação de valor aos produtos baseados em recursos naturais, há nos últimos anos o contínuo avanço da participação relativa de produtos primários em suas pautas de produção e exportação.

Ao realizar uma leitura sobre trajetórias e propostas de desenvolvimento e sua caracterização com base em recursos naturais na América Latina, procura-se ampliar a compreensão sobre as ações do capital internacional em economias pouco dinâmicas. Outra questão diz respeito a observação sobre a capacidade ou não desses países em promover respostas soberanas a decisões emanadas a partir da escala mundial.

No Brasil a principal discussão sobre desenvolvimento e recursos naturais está relacionada ao que muitos autores denominam de neodesenvolvimentismo. O assunto ganhou visibilidade ao final dos anos noventa devido ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, impulsionados pela forte demanda da China e de outros “países emergentes”, que ao lado das relações Norte-Sul, abriram a perspectiva do chamado debate das relações Sul-Sul. A tendência de redução da participação relativa da indústria no PIB brasileiro e também na pauta de exportações, a partir da primeira década do século XXI, e o descobrimento do pré-sal em 2007, contribuíram para que o tema ganhasse ainda maior importância e se tornasse objeto de volumoso conjunto de estudos e debates.

A questão chave para compreendermos a atual dinâmica nos remete a uma construção analítica sobre as trajetórias e vias de desenvolvimento em curso. Diante disso é indispensável caracterizar de forma crítica o perfil do desenvolvimento proposto pelos governos nacionais e “provinciais” e pelas corporações, indagando sobre seus limites, contradições e inconsistências. Há a necessidade de refletir sobre a capacidade das ações públicas e privadas

em curso de contribuem para a superação do subdesenvolvimento ou acentuarem, reproduzirem as heterogeneidades estruturais próprias desta malformação estrutural.

Compreender o significado dado aos contextos regionais, por parte do capital e *policymakers* envolvidos diretamente na referida dinâmica de ampliação, modernização e criação de novas unidades de produção com base em *commodities* minerais e agrícolas, é parte essencial da análise. Outra questão diz respeito à investigação da atual dinâmica capitalista, sob um plano multiescalar, compreendido pelas economias regionais, nacional e mundial, considerando as hierarquias, interesses e os mais prováveis desdobramentos da atual inserção da economia brasileira sob a condição de provedora de recursos naturais estratégicos aos centros dinâmicos do capitalismo.

1.2 Importância Histórica dos Recursos Naturais

O debate sobre as condições para o crescimento, desenvolvimento e importância dos recursos naturais possui longa data e por diversas vezes protagonizou e protagoniza desafios ao atual modo de produção. As Ciências Sociais continua a se dedicar a entender tais circunstâncias e seus efeitos. Portanto destaca-se a importância do tema, pois antes mesmo da consolidação do capitalismo¹ surgiram diversas questões relacionadas à demanda e disponibilidade de recursos naturais.

Malthus e Ricardo publicaram² estudos a partir de uma posição privilegiada a observarem *in loco* a “grande transformação” que mudaria e marcaria a história das relações sociais e de produção. Buscaram compreender a provável exaustão dos recursos naturais e sua possível imposição de limites à expansão e à acumulação de capital na Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX.

Malthus se viu imerso em toda a efervescência socioeconômica e política de sua época. A tensão e as incertezas eram onipresentes em uma Europa prestes a uma acomodação e consolidação de um novo modo de produção a modificar por completo a relação do homem com a produção e seus meios. Em sua obra *Ensaio Sobre a População* buscou sustentar-se

¹ Para Polanyi somente com o fim da *Speenhamland* em 1834 a obstrução do mercado de trabalho chegava ao fim. “Um mercado competitivo somente foi estabelecido na Inglaterra após 1834, assim, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social tinha existido antes desta data” (POLANYI, 2000, p.106).

² “An Essay on the Principle of Population”, 1798, Thomas Robert Malthus. “Essay on the Influence of a Low Price of Corn on the Profits of Stock”, 1815, David Ricardo.

no registro histórico de crescimento geométrico (exponencial) da população de países europeus e dos Estados Unidos a confrontar com o crescimento aritmético (linear) da produção agrícola. O autor acreditava em uma inevitável crise a devastar toda a sociedade. Por não considerar a evolução do progresso técnico, acreditava que a situação de fome e miséria seria estabelecida após a exaustão da oferta de terras e outros recursos naturais.

As formulações de Ricardo também possuem estrita correlação com os recursos naturais. Ao realizar sua análise referente ao crescimento econômico e populacional observou que seria necessária a utilização crescente de terras de baixa qualidade em razão do aumento da demanda por alimentos. As terras de baixa fertilidade além de impor queda na produtividade exigiriam maior quantidade de trabalho necessário à subsistência do trabalhador, o que deveria se refletir em redução do excedente ou do lucro do capitalista.

As consequências se irradiariam para além dos condicionantes envolvendo a agricultura resultando em aumento dos preços em geral e em reflexos no aumento dos salários da indústria. A condição natural de produção da agricultura a determinar a taxa de lucro, em sintonia com o aumento dos salários, contribuiria para a redução do lucro da indústria. Segundo Ricardo, isso aconteceria porque a mobilidade intersetorial dos capitais proporcionaria a conversão das taxas de lucros, que, portanto, seria ditada pelas condições naturais. Nesse caso, a condição natural diz respeito à capacidade de produção do campo, da agricultura relacionada aos limites dos recursos naturais.

O aumento do custo da produção em terras de menor qualidade iria pressionar por aumento de preços, gerando benefícios em forma de maiores taxas de acumulação e lucro aos produtores de terras férteis. Logo os proprietários de terras, classe ociosa para Ricardo, iriam iniciar cobranças crescentes aos capitalistas e, assim, absorver parcelas progressivas do excedente. Os capitalistas ao assimilarem a frequente queda da taxa de lucro, não teriam mais estímulo ao investimento, o que poderia levar o capitalismo à estagnação.

Portanto, o aumento do pagamento de renda e a conseqüente crise, estariam ligados diretamente com os limites impostos pelos recursos naturais. O autor ainda realiza uma comparação com a exploração das minas e o pagamento de renda. Caso o número de minas fosse abundante, e de fácil acesso, a exploração a renda paga tenderia a desaparecer. O caminho proposto por Ricardo na busca por superação da crise seria liberalizar as importações de alimentos. Com base na referida construção analítica, Ricardo formularia sua teoria das “vantagens comparativas” ao saber que determinado nível de especialização em produzir

alguns produtos e importar outros se justificaria, ao proporcionar ganhos aos diversos países envolvidos no comércio internacional.

Em meados do século XIX a industrialização inglesa continuava a se expandir com base na intensa utilização do carvão mineral. Nesse período surgem diversas questões referentes à intensidade da exploração do carvão mineral e possíveis limitações a serem enfrentadas pela atividade industrial, a partir da exaustão do recurso.

Em 1865, Jevons publicou “The Coal Questions” a problematizar sua preocupação com o as reservas de carvão mineral e sua capacidade de suprir a intensa expansão industrial da época. O autor procurou demonstrar a forte dependência da economia inglesa ao carvão mineral e buscou provocar e questionar as concepções da época que consideravam o ferro e o vapor propulsores do progresso, destinando ao carvão um papel secundário. Após realizar estudos com o objetivo de estimar as reservas de carvão e analisar o crescimento da demanda inglesa, o autor elaborou comparações com diversas reservas de diferentes países, em especial com as reservas dos Estados Unidos. Os resultados obtidos apontaram que a Inglaterra não só reduziria o seu ritmo de atividade, como teria sua economia em processo de regressão.

Durante o século XIX verificou-se que a expansão da produção capitalista encontrava-se em um impasse devido à disponibilidade de recursos naturais. Duas foram as alternativas encontradas pelo capital. A primeira se deu via “expansão da fronteira geográfica da economia europeia”, sustentada por uma política de subordinação dispensada a diversas regiões do globo, buscando garantir o fornecimento de matéria-prima e alimentos, a exemplo da dominação imperialista. A segunda foi ratificada com base no progresso técnico, ao proporcionar a diversificação produtiva e a intensificação da utilização dos recursos naturais, além da incorporação de outros recursos antes não utilizados. Destaca-se, neste contexto, o progresso dos transportes para a integração do mercado mundial contribuindo para ampliar a oferta direcionada a Europa, principalmente devido ao desenvolvimento agrícola dos Estados Unidos, Rússia, América Latina (Argentina, Brasil e Uruguai), da Austrália e da Nova Zelândia (DINIZ, 1987, p. 20-21).

Em face a questão teórica sobre os limites envolvendo os recursos naturais, Campolina Diniz (1987) observa que o pensamento conservador não deu a devida importância. “Não existia interesse em realizar uma discussão política sobre o assunto”. Destaca que os neoclássicos, ao elaborarem a noção de função de produção, generalizaram excessivamente para o capital e trabalho o princípio ricardiano de rendimentos decrescente da terra e a

substituibilidade entre os fatores de produção a partir do aumento do preço ou custo. O autor observa que mesmo existindo a possibilidade de substituições, podendo está relacionada à estrutura produtiva ou ao método de produção, existiria uma limitação em relação à combinação abstrata de capital e trabalho, ocorrendo em um determinado momento impossibilidade de produção, pois a produção somente poderá ser concretizada via intercâmbio com a natureza (DINIZ, 1987, p. 25).

A constituição do capitalismo europeu transformou não só a Europa, mas incorporou todo o espaço mundial em uma divisão internacional do trabalho. Após sua consolidação, na primeira metade do século XIX, há o início de procura por novos arranjos espaciais (Harvey, 1989) a impor a dominação e exploração a fim de sustentar ações com o objetivo de superar as incertezas posta diante da disponibilidade futura e adequada de recursos naturais. Diante desse contexto, os países da América Latina, África e parte da Ásia foram incorporados com o objetivo de dar sustentação ao processo de desenvolvimento do capitalismo em curso (DINIZ, 1987, p. 22).

A abordagem proposta revela o quanto à abertura ao debate e investigação do tema deve ser sustentada a partir de uma análise multiescalar a ser observada historicamente. Outra condição de igual importância se deve a consideração da distribuição internacional do trabalho e qual o grau de autonomia e submissão que os países estão inseridos. Os referidos parâmetros são indispensáveis para compreender a dinâmica recente da economia latino americana, principalmente devido à elevação da importância de suas exportações de *commodities* a partir de 2003.

1.3 Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Recursos Naturais na América Latina

O debate sobre o papel dos recursos naturais para o desenvolvimento da América Latina tem avançado e ocupado grande destaque nas últimas décadas. A questão migrou do campo das ideias, discussões e planejamento para se concretizar em ações que buscam destacar a importância desses recursos.

A recente dinâmica pode ser observada a partir do avanço de um determinado número de governos progressistas, conseqüentemente gerando uma reavaliação dos interesses estratégicos desses países bem como a inserção da valorização dos recursos naturais em primeiro plano. Países a exemplo de Bolívia, Equador e Venezuela integram a vanguarda

latino americana do século XXI ao promoverem ações apropriadas de maior autonomia e direcionadas à gestão dos recursos naturais.

Diversas mudanças foram executadas buscando transformar a estrutura social, política e econômica dos espaços nacionais latino-americanos. Transformações essas criaram algumas formas de enfrentamento e contrariaram certos interesses do capital internacional, governos de países desenvolvidos e organismos multilaterais.

A América Latina vive um importante momento histórico relacionado ao potencial de seus recursos naturais, dinâmica esta posta em relevância principalmente devido à alta dos preços de suas *commodities* a partir de 2003.

Os níveis de preços registrados entre 2003 a 2013 são considerados bem acima da média em comparação aos registrados no intervalo entre 1980 a 2002. Tal dinâmica é atribuída, em grande parte, devido o incremento na demanda mundial e tendo como responsáveis a China e demais países emergentes. Dentre essas economias, os setores da construção, infraestrutura e manufatura impulsionaram de forma significativa à respectiva demanda verificada nos últimos anos (CEPAL, 2013, p. 7).

As ações realizadas por Bolívia e Equador, diante desse contexto, podem ser consideradas como um dos casos mais avançados no sentido de redefinir a contribuição dos recursos estratégicos, principalmente o “papel da natureza, do meio ambiente e dos recursos naturais no desenvolvimento social e econômico desses países, ao expressar uma re-fundação do Estado e uma repactuação constitucional” (BRUCKMANN, 2011, p. 200). Os reflexos no curto prazo já podem ser observados a partir da maior atenção política por parte dos Estados, resultando em aumento progressivo na participação da renda dos setores exportadores (CEPAL, 2003, p. 10).

Historicamente a América Latina contribuiu com grande valia para o tema “Propostas de desenvolvimento com base em recursos naturais” a partir das preposições teóricas e analíticas de diversos autores latino-americanos. As análises foram primordiais para ampliar a compreensão da dinâmica econômica entre os países centrais e periféricos. Tais formulações de análises sustentaram e orientaram rupturas no plano teórico diante das considerações etapistas de desenvolvimento de Rostow e da Escola Modernizadora a gozar de grande aceitação e influência. Tais concepções foram de grande importância para os países do Cone Sul, principalmente no que diz respeito ao início da industrialização tardia com base em substituição de importações.

Raul Prebisch, ao observar o comércio internacional praticado pelos países periféricos, orientados para a produção de bens primários, e os países centrais, produtores de bens industrializados, refutou o *mainstream* que propõe como melhor escolha a especialização dos países periféricos direcionada para a produção de bens primários, ao promover ganhos de produtividade a partir de suas “vantagens comparativas”.

Prebisch sustentou sua defesa no sentido da importância estratégica da industrialização, dadas as “inelasticidades de demanda” dos bens primários. Considerando que a demanda por bens industrializados tende a crescer de forma mais acentuada do que a demanda por bens primários a resultar em crescente diferença entre os preços relativos a favor das indústrias, setores ou países com maior nível de industrialização. Tal condição observada por Prebisch resultaria na deterioração dos termos de trocas.

Apesar das mudanças recentes verificadas na América Latina no sentido de promover maior debate acerca do papel estratégico dos recursos naturais e da existência de densa compreensão teórica e analítica, ainda não ocorreram alterações significantes no curso da inserção da região na divisão internacional do trabalho. A economia latina americana continua em uma posição de complementaridade subordinada na economia global, uma vez que a sua inserção nas últimas décadas foi em grande parte mantida ou mesmo aprofundada. Há uma continuidade da velha política de prover recursos naturais aos centros dinâmicos do capitalismo. Tal dinâmica é verificada nos últimos anos a partir do aumento da importância relativa das *commodities* minerais e agrícolas na produção e no comércio externo da região.

As propostas de desenvolvimento da América Latina a partir da revalorização de seus recursos naturais ao mesmo tempo em que se posiciona em uma condição atual de destaque no campo do planejamento econômico, comércio internacional e políticas públicas, por vezes se mostram imersa em compreensões em parte limitadas. Dentre as diversas características que condiciona a região como subdesenvolvida é oportuno destacar a ainda não vencida e intensa heterogeneidade estrutural.

Em recente observação realizada pela CEPAL tal condição de heterogeneidade estrutural foi destacada como “brechas externas” e “brechas internas”. A primeira condição diz respeito às “assimetrias entre as capacidades tecnológicas da região com aquelas relativas à fronteira internacional”. O nível de intensidade e qualidade da tecnologia utilizada na estrutura produtiva da América Latina e Caribe, bem como sua capacidade de absorção e criação de novos mecanismos, continua configurado a partir de um significativo hiato ao

compararmos como o nível da fronteira tecnológica internacional liderada pelos países desenvolvidos. A segunda caracterização diz respeito à brecha interna, compreendida por “marcadas assimetrias entre segmentos de empresas e trabalhadores e a concentração do emprego em estratos de muito baixa produtividade relativa” (CEPAL, 2010, p. 85).

Alguns autores mais otimistas acreditam que a emergência da China e a tendência de estreitar as relações com os países latino-americanos podem superar, com base em uma estratégia de longo prazo, o modelo exportador de matérias-primas e de produtos de baixo valor agregado. A deterioração dos termos de troca não mais se verificaria em uma perspectiva de vinte ou trinta anos.

Para Bruckmann a América Latina vive um momento histórico ao ter a oportunidade de “desenvolver uma cooperação estratégica de longo prazo, orientada para romper a relação de dependência que marcou sua inserção no sistema mundial”. A autora destaca o forte incremento das relações comerciais de diversos países da região junto à recente dinâmica chinesa (2011, p. 267).

Tal análise pode não se concretizar ao observarmos a atual tendência de especialização produtiva em *commodities*, ou reprimarização da estrutura produtiva, influenciada fortemente pela demanda chinesa.

Ao considerar as transformações na última década verificadas na estrutura produtiva nos diversos países da região, em maior grau orientadas a atender a demanda internacional por *commodities*, é importante o alerta para os limites característicos da respectiva configuração como observado pela CEPAL:

“Los sectores de recursos naturales deben evaluarse en términos de su contribución, positiva o negativa, a este proceso de cambio estructural. En América del Sur, por ejemplo, los recursos naturales representan más del 70% de las exportaciones totales. La concentración excesiva de la actividad productiva en sectores extractivos de recursos naturales puede ir acompañada de riesgos importantes, en el sentido de comprometer o debilitar la diversificación industrial y el cambio estructural” (CEPAL, 2013, p. 12).

Há de destacarmos que o fortalecimento das relações comerciais Sul-Sul principalmente junto a China é por vezes parte da estratégia dos governos latino americanos em diversificar suas relações de troca sob principalmente um viés quantitativo, uma vez que no plano qualitativo segue a histórica política de exportação de recursos naturais com baixo valor agregado resultando em determinada volatilidade externa.

As transformações ocorridas na geopolítica da região na última década condicionou determinada mudança no fluxo de produção. A China assumiu a posição de primeiro lugar de destino das exportações de países como o Brasil e o Chile. Ao considerarmos Argentina, Costa Rica e Peru, a China se destaca como o segundo lugar de destino das exportações desses países. No que diz respeito à origem das importações, o Paraguai tem como o primeiro país a China, já outros países, a exemplo de Peru, Equador, Colômbia, Chile e Brasil, possuem a China como o segundo país de origem de suas importações. Outro registro de destaque diz respeito ao destino das exportações da Venezuela para a China a ocupar no ano 2000 a trigésima sétima posição e, em 2008, passou a ocupar a terceira posição. Em relação à origem das importações venezuelanas o movimento não foi diferente e a participação chinesa se alterou de oitava para a terceira posição (BRUCKMANN, 2011, p. 267).

Além das mudanças verificadas no que diz respeito ao destino das exportações dos países principalmente Sul Americanos, impulsionado em grande parte pela intensificação do fluxo de comércio com a China, há também significativa demanda chinesa por ações de empresas de petróleo.

As companhias de petróleo na América Latina registraram recentes alterações significantes, a considerar a participação chinesa, em seu quadro de propriedade e composição acionária. A China devido à rápida expansão de sua indústria pesada, crescente ampliação de seu mercado de consumo e acelerado nível de investimento, possui grande demanda por petróleo no mercado mundial. “O acesso aos mercados internacionais de petróleo e matérias-primas e a garantia de fontes de suprimentos de longo prazo transformaram-se em objetivo diplomático central do governo Chinês” (MEDEIROS, 2008, p. 104).

Compreender a crescente necessidade chinesa por recursos não renováveis, principalmente petróleo, em uma configuração geopolítica até então dominada pelos EUA, se faz necessário em um cenário historicamente marcado por tensões e disputas que não raramente transbordam o âmbito comercial. Como destacado por Dias a

“Grande parcela das fontes desses produtos não se encontra nas nações economicamente mais desenvolvidas, resultando nos esforços dessas por garantia de acesso a esses mercados. Esforços esses que não raro ultrapassam a escala da “solidariedade mercantil” e alcança a esfera político-militar. A plena compreensão de palavras como “geopolítica”, “colonialismo” e “imperialismo” exige considerar essa “fratura” entre os centros de comando econômico mundial e a geologia” (DIAS, 2013, p. 106).

Nesse sentido a região é estratégica para os interesses dos Estados Unidos da América, União Europeia, China e Sudeste Asiático. Com base no BP Statistical Review (2013, p. 6) as reservas de petróleo da América do Sul e América Central correspondem a 19,7% do total comprovado no mundo; EUA, Canadá e México possuem 13,2%; Europa e Eurásia 8,4%; Ásia 2,5%, África 7,8% e Oriente Médio 48,4%. A partir da consideração dos dados, além da região abrigar imensa quantidade de recursos naturais renováveis, há também a segunda maior quantidade de reservas de petróleo comprovadas (recursos não renováveis) compreendendo a América do Sul e América Central.

Portanto a América Latina se insere como um elo estratégico diante da geopolítica mundial, fortalecida principalmente devido à diversificação comercial iniciada nos anos 2000. A referida década é marcada pela ampliação das relações comerciais, compreendida em maior intensidade com a China e por redução relativa de participação junto aos Estados Unidos da América - EUA.

A referida importância estratégica pode ser verificada ao identificarmos os principais setores privilegiados pelo investimento chinês: mineração, petróleo, gás e, em menor proporção, produtos agrícolas. Entre 2005 e 2010 a China realizou diversas inversões destinadas à produção e extração de cobre no Chile e no Peru. No Brasil o capital se voltou para os setores de petróleo e minério. Na Bolívia foram realizados acordos bilaterais destinados à exploração de petróleo e gás por 40 anos. No Equador ocorreram investimentos de dois bilhões de dólares entre 2005 e 2009. Na Argentina foram firmados acordos para a exportação de produtos agrícolas proporcionando a economia argentina o posto de terceiro maior exportador de alimentos aos chineses (BRUCKMANN, 2011, p.269).

Portanto percebe-se um exponencial movimento de acumulação de capital guiado principalmente por uma estratégia chinesa. No Brasil essa intervenção também se concentra na expansão do complexo produtor de soja a englobar diversos estados. No caso venezuelano, mesmo considerando o cenário de significativa instabilidade política e econômica verificados nesse país, há significativo fluxo de investimentos aplicados principalmente nos segmentos sustentados por recursos naturais. Vale destacar que a partir de 2010 a Venezuela superou a Arábia Saudita e atingiu o posto de país com o maior volume de reservas comprovadas de petróleo.

Em 2010 a China firmou contrato de 20 bilhões de dólares para financiar diversos projetos na Venezuela nos setores de mineração, eletricidade, transporte, moradias, finanças,

petróleo, gás e petroquímica. Em contrapartida, a Venezuela se comprometeu em abrir uma linha de crédito progressiva destinada à venda de petróleo cru à China, com ofertas que buscavam superar a margem de 300 mil barris diários em 2012. Ao atingir a marca anterior de 300 mil barris, além da oferta diária de outros contratos vigentes, a Venezuela irá superar o volume de exportação de 1 milhão de barris diários à China, igual ao volume já destinado os Estados Unidos (BRUCKMANN, 2011, p.269).

As mudanças observadas na Venezuela, principalmente no que diz respeito ao seu estoque e ampliação da produção de petróleo, contribuem para levantar apontamentos diante das instabilidades vividas por esse país. Há uma ampla campanha emanada por potências em elevar a instabilidade econômica e política ao máximo. Tal política também pode ser observada a partir de acordos bilaterais entre essas potências e alguns países da região a compor a velha política de fragmentação e submissão.

Um importante registro a revelar o quanto persiste a forte caracterização de dependência da América Latina diz respeito aos impactos observados na região a partir da crise econômica mundial iniciada ao final dos anos 2000. Após o início da crise financeira mundial de 2008, a queda no nível de atividade da região verificada em 2009 condicionou “um aumento do desemprego, de 7,5% em 2008 para 8,3% no final de 2009, encerrando assim um período de cinco anos durante os quais este indicador experimentou constantes melhoras”. No que diz respeito ao aumento da pobreza, foi interrompida uma série de reduções “após um período de seis anos (2002 a 2008) em que havia diminuído em 11 pontos percentuais (de 44% para 33%)”. Ao observarmos os níveis de extrema pobreza, em igual período ocorreu queda de 19,4% para 12,9% e após o início da crise (2008 – 2009) esse indicador teria aumentado para 13,7% (CEPAL, 2010, pg. 19).

Portanto a atual forma de inserção da América Latina no comércio mundial, a partir do nível de importância das atividades produtivas com base em exportação de recursos naturais, se revela com extrema fragilidade ao passo que, como abordado anteriormente, qualquer revés em grupo de economias longínquas promove rápidas e fortes perdas a partir de retrocessos dos indicadores sociais e econômicos que exigiram determinados anos para serem atingidos.

Diante do respectivo cenário é destacado pela CEPAL a necessária diversificação da importância dos produtos primários a partir da elaboração de novos bens, sustentada por maior grau de processamento. Em conjunto com essa proposta, observa que mantido o potencial exportador essa é uma estratégia para a redução da dependência e maximização dos

retornos econômicos e sociais. Também observa que “cuanto más alto es el nivel de procesamiento de un producto, más alto será su valor agregado. Además, a mayor valor agregado tiende a existir una mayor estabilidad de precios” (CEPAL, 2003, p. 44).

Um outro ponto importante e que possui estreita relação com as mudanças pretendidas no sentido de redirecionar o caráter da estrutura produtiva das nações latina americana diz respeito as necessárias reformas e intervenções desses Estados no intuito de alargar a justiça social e dar condições para a elevação da demanda interna via distribuição de riqueza e renda. O cenário da região é oportuno para tal medida uma vez que sua população pode ser caracterizada como portadora de significativa demanda reprimida, uma vez que existe grande margem para a ampliação do mercado interno a partir do aumento do consumo de bens e serviços.

Por fim, é valoroso reforçar que o debate sobre a importância dos recursos naturais e sua capacidade de promover crescimento econômico ou desenvolvimento se faz necessário a partir de análises que se complementam. Outra condição importante a ser verificada além da inserção do país ou região na divisão internacional do trabalho diz respeito à caracterização de sua estrutura produtiva.

Há a necessidade de atribuir determinado grau de hierarquia a investigação promovendo evidência à questão “para quem produzir” e constatando sua participação relativa no produto. A partir da referida análise é possível verificar a inclinação do sistema produtivo ao beneficiar em proporções diferentes distintos grupos sociais, pois tal condição possui a capacidade de reforçar tendências que apontam maior ou menor nível de desigualdade (Aníbal Pinto, 2008, p. 78).

1.4 Desenvolvimento, Crescimento Econômico e Recursos Naturais no Brasil

O tema desenvolvimento liderado por recursos naturais tem ocupado no Brasil nos últimos anos grande espaço no campo político e acadêmico. A principal discussão está relacionada às recentes mudanças na composição da pauta de exportação brasileira. Há o registro de paulatina redução da participação relativa de mercadorias manufaturadas e produtos com maior valor agregado e avanço das exportações de *commodities*.

Outra questão de tamanha relevância diz respeito ao novo arranjo da estrutura produtiva sendo redesenhado no país, tendo por base a expansão e instalação de novas

unidades de produção orientadas a atender o mercado externo de produtos primários. Em sintonia com a referida dinâmica, verifica-se uma gama de investimentos em infraestrutura com o objetivo de escoar, dinamizar e ampliar a atual composição da pauta primária exportadora brasileira.

Nas últimas décadas o governo federal, governos estaduais e diversos órgãos regionais de desenvolvimento ampliaram significativamente suas ações no sentido de elaborarem planejamento, documentos e planos de ação visando o desenvolvimento regional. Os discursos conservadores continuam a ressaltar as vantagens comparativas, a necessidade de especialização e a vocação principalmente de regiões menos desenvolvidas em implantar ou expandir atividades produtivas com base em intensa utilização dos recursos naturais.

Oliveira (2000, p. 122) destaca que a teoria neoclássica-marginalista se quer elaborou uma fundamentação para o desenvolvimento. Seria uma “façanha praticamente impossível” devido à teoria do equilíbrio. Segundo o autor, o referencial teórico apenas se limitou a propagar de forma ampla a teoria Ricardiana do comércio internacional, que acaba sendo transposta também para a escala regional. Esse discurso está amplamente sendo utilizado para justificar a orientação produtiva de países ou de implantes produtivos pontuais em determinadas regiões refletindo em significante especialização em *commodities*.

Ao analisarmos o quadro histórico de atividades econômicas do Brasil, observa-se a forte ligação com a exploração de recursos naturais. Podemos destacar algumas atividades exportadoras a exemplo do extrativismo do açúcar no Nordeste, ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, borracha e castanha na Amazônia, pecuária no Rio Grande do Sul e madeira em várias regiões, dentre outras atividades (DINIZ, 1987, p. 39-40).

É possível afirmar que estas experiências se constituíram em lógicas bastante circunscritas, econômica e espacialmente, que poderiam ser caracterizadas como “quase enclaves”, dada a baixa intensidade de dinamização da hinterlândia de suas respectivas regiões (BRANDÃO, 2007). Nenhuma dessas experiências poderia ser considerada verdadeiramente como “complexos regionais” (CANO, 1998).

A experiência do complexo cafeeiro deve ser considerada diferente devido às mudanças registradas na estrutura produtiva brasileira ainda no século XIX impulsionadas pela cafeicultura. O Vale do Paraíba a ser integrado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foi amplamente utilizados devido ao nível de fertilidade de sua terra. O sucesso da expansão da cafeicultura no “capitalismo paulista” não se limitou somente a cultura do café,

mas contribuiu para a articulação de outras atividades. São Paulo foi beneficiada pela implantação precoce de relações capitalistas de produção (DINIZ, 1987, p. 41).

A economia agroexportadora continuou a dominar as condições e a incorporar de forma predominante as taxas de acumulação no país até o início do século XX. A economia brasileira não possuía um mercado nacional integrado e a dependência com o exterior era mantida mediante as exportações tradicionais das economias regionais. Até fins do século XIX a indústria brasileira era caracterizada por relativa descentralização, devido à composição de núcleos regionais industriais protegidos pela distância e a atender o seu mercado regional (CANO, 2007, p. 61-62).

Diante desse contexto, a região paulista foi a primeira a deixar de depender apenas dos seus recursos naturais, “passando a depender também do desenvolvimento de suas forças produtivas”. A partir daí ocorre o primeiro processo de diferenciação regional verificado no Brasil. Enquanto outras regiões do país mantiveram sua estrutura produtiva sustentada basicamente em recursos naturais, em São Paulo ocorria à ampliação do mercado interno a diversificação produtiva (DINIZ, 1987, p. 41).

A tendência de maior densidade e diversificação produtiva liderada por São Paulo, durante a primeira metade do século XIX, contribuiu para a valorização e redirecionamento gradativo de sua produção ao mercado interno, promovendo redução do peso relativo das exportações.

A produção brasileira voltada para o mercado interno proporcionou o surgimento de circuitos de integração econômica nacional. Destacam-se os desafios enfrentados quanto à infraestrutura, “barreiras alfandegárias estaduais e o baixo grau de mercantilização da produção em várias regiões”. A integração nacional se processou no período pós 1930, tornando as diversas economias regionais vinculadas à economia de São Paulo. A partir daí estavam montadas as bases para uma divisão inter-regional do trabalho, configurando relações, primeiro mercantis, depois produtivas, de complementaridade entre as diversas regiões. As economias regionais “periféricas” abasteceriam de recursos naturais o centro dinâmico da economia nacional, possibilitando a reprodução ampliada do processo de crescimento da economia paulista (CANO, 2007).

"A incorporação dos recursos naturais é o elemento central, a condição, para ampliação da fronteira econômica e conseqüentemente para a alteração da distribuição regional da produção ou para a mudança do padrão locacional" (DINIZ, 1987, p. 42). O autor

destaca que tal afirmação pode ser comprovada teórica e empiricamente ao observarmos a história da economia mundial, principalmente os registros da dinâmica do capital após a segunda metade do século XIX. Tal linha de raciocínio se destaca como indispensável para a compreensão das condições para o desenvolvimento e produção e reprodução do subdesenvolvimento durante toda história econômica e até os dias de hoje.

No caso brasileiro, após o segundo choque do petróleo 1979, inicia-se um período de hiperinflação e estagnação perdurando toda a década de 1980, conhecida como “a década perdida”. Depois de seguidas recessões, baixo crescimento, alta inflacionária e desemprego, o ideário neoliberal, com o apoio dos organismos multilaterais ganhou vigor na década de 1990. O referido contexto contribuiu para o avanço da guerra fiscal e dos projetos e políticas e supostas públicas de desenvolvimento regional sob a ótica das vantagens comparativas.

Após anos de intensa instabilidade econômica os implantados produtivos sustentados em recursos minerais e agrícolas ganham força e avançam pelo país, orientando ou (re)orientando economias regionais. A matriz teórica predominante a qual se sustenta tais atividades produtivas e políticas públicas de apoio consideram o território como meros receptáculos, sem configuração própria e sem contexto dinâmico com o entorno. Os espaços estariam prontos a disputarem as taxas de inversão ao difundirem suas vantagens comparativas (BRANDÃO, 2007).

A atual inserção brasileira diante do comércio internacional sustentada pelas exportações do agronegócio, da indústria extrativa mineral, siderúrgicas e atual perspectiva de produção petrolífera produz profundas mudanças na dinâmica das economias regionais, acompanhada por contínua perda de autonomia e transformação da estrutura produtiva em detrimento da indústria.

O registro da reestruturação produtiva verificada no Brasil nas últimas décadas, possui como base setores que necessitam de intensivos investimentos em infraestrutura e gastos públicos, a gerar poucos encadeamentos, com baixa capacidade de arrasto, débil complementaridade inter e intra-setorial e insuficiente capacidade para a incorporação de setores de ponta em bens duráveis e de capital. O resultado pode ser resumido em pouco aprofundada da divisão social do trabalho, débil rede urbana estadual e baixa promoção de inovações tecnológicas e inclusão social.

Há de considerarmos que o reflexo da redução do peso da indústria promove não somente a diminuição de postos de trabalho com maior nível de qualificação, mais resulta em

ampliação das relações de dependência, uma vez que ao verificarmos o aumento real da renda da população ocorrerá um deslocamento positivo da demanda direcionada aos produtos industriais, pois a elasticidade-renda dos produtos da indústria é maior do que a elasticidade-renda dos produtos primários (DIEESE, 2011, p. 5).

Além de promover movimentos contraditórios e caracterizados por sua vulnerabilidade como o observado acima, a atual dinâmica de especialização produtiva se materializa de forma totalmente desconectada com a realidade social, econômica e cultural dos espaços.

Os investimentos que promovem especialização, a partir da implantação de complexos produtivos regionais de petróleo e grãos, são exemplos sobre os limites em colaborar para a redução do desemprego e tão pouco promover câmbios em um cenário de concentração de renda. Há um não comprometimento em construir alternativas aos problemas existentes nas regiões “hospedeiras”, essas acabam sendo utilizadas como meras plataformas e passam a registrar, além dos antigos, novos problemas a exemplo de especulação fundiária e mobiliária; expansão de suas periferias urbanas; aumento da degradação da qualidade de vida, principalmente dos excluídos de tal processo de “desenvolvimento”.

Lembrando Celso Furtado, pode-se afirmar que tal situação nos remete a sua advertência em afirmar que a busca pelo desenvolvimento tem conduzido os povos da periferia a aceitar diversos sacrifícios e contribuído para “desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre o homem ao avanço da ciência” ao passo que o foco se direciona a “objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*” (FURTADO, 1974, p. 76, itálico do autor).

Ao considerar as mudanças ocorridas nas últimas décadas na economia brasileira se torna nítido um intenso processo de constituição de dinâmicas hierárquicas, tornando as regiões e o país extremamente dependente de atividades produtivas orientadas a atender demandas longínquas. Milton Santos observa que

Tal experiência é tanto mais sensível porque decorre de uma demanda "externa" de "racionalidade" e das respectivas dificuldades de oferecer uma resposta. Resta, como consequência, a tomada de consciência da importância de fatores "externos": um mercado longínquo, até certo ponto abstrato; uma concorrência em certo modo "invisível"; preços internacionais e nacionais sobre os quais não há controle local, improvável, também, para outros componentes do cotidiano, igualmente elaborados de fora, como o valor externo da moeda (câmbio), de que depende o valor interno da produção, o custo do

dinheiro e o peso sobre o produtor dos lucros auferidos por todos os tipos de intermediação (SANTOS, 2001, p. 90).

É importante destacar que apesar de direcionar o estudo para as propostas de desenvolvimento sustentadas por recursos naturais, busca-se compreender principalmente os seus limites e seu poder de articulação e desarticulação do espaço. Há uma compreensão clara que tal dinâmica não constitui condição única para o desenvolvimento.

Não se pretende reduzir a análise dedicada à indústria moderna, maior desconcentração produtiva, constituição de elos de encadeamentos e maior densidade de algumas cadeias de produção. O desenvolvimento aqui é entendido como autonomia, resultado de disputas, rupturas, tensões e interesses e perpassa por melhor distribuição social da renda e da riqueza; promoção da reforma agrária como condição essencial de democratização do uso da terra e conquistas de direitos; reforma urbana, democratização do poder político e desarticulação de grupos políticos locais constituídos de perverso campo de influência a serviço de seus interesses.

1.5 Emergência de Revalorização dos Recursos Naturais e Transformação da Inserção na Divisão Internacional Trabalho

A estreita relação entre o avanço do capitalismo e sua expansão sustentada por exploração dos recursos naturais, refletindo em muitos casos em entraves políticos e militares pelo globo, revela a incapacidade analítica e teórica bem como o desinteresse político das teorias hegemônicas utilizadas em promover sustentação às ações de governos e do capital. Há a necessidade de uma análise concreta fundamentada sobre a real dinâmica dos processos de desenvolvimento - subdesenvolvimento e sua relação junto a utilização dos recursos naturais.

É comum verificar na literatura atual a defesa de determinadas intervenções do capital sob um viés harmônico, de convergência do bem-estar, de plena sintonia do capital, Estado, sociedade e corporações. O desenvolvimento para este determinado viés analítico não passa de uma questão de tempo, a ser viabilizado por contratos bem elaborados ou a partir da implantação de uma moderna infraestrutura.

As propostas de desenvolvimento somente poderão ser exitosas a partir de um paradigma a considerar as relações conflituosas presentes na sociedade.

Em contraposição ao equilíbrio harmônico, o paradigma do conflito é entendido como o mais adequado ao olharmos para a história e ao tentarmos compreender elementos sociais, políticos e econômicos da atualidade. Toda conflitualidade presente em diversas escalas a influenciar decisões ou estabelecer condições de continuidade, são indispensáveis à concreta compreensão do subdesenvolvimento e construção de proposições no sentido da construção do desenvolvimento, tendo por base cada realidade histórico-geográfica concreta.

Ao buscarmos uma compreensão política acerca do desenvolvimento com base em recursos naturais, destacamos o potencial dinâmico do capital internacional em criar e recriar condições para sustentar ou ampliar sua taxa de lucro e acumulação. Condições essas registradas no século XIX com o avanço do progresso técnico a abranger a diversificação produtiva e as ações imperialistas, no sentido de se apropriarem de matéria-prima e alimentos de diversas partes do globo. Tal condição foi essencial para o estabelecimento da atual divisão internacional do trabalho, com sua natureza polarizada de relações entre os países e regiões desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A atualidade nos proporciona enorme desafio no sentido de compreendermos a atual dinâmica em que a América Latina está inserida, a considerar sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho, das novas geopolítica e geoeconomia que se redesenham hoje. O avanço chinês a estruturar e reestruturar economias de diversos países latino-americanos deve ser acompanhado de forma criteriosa, inserindo-o no cenário de disputas hegemônicas presentes atualmente em escala mundial.

O caso brasileiro, que teve um passado agrário exportador, marcadamente ancorado em sua disponibilidade e exploração de recursos naturais, caminha hoje para uma reespecialização em *commodities*, o que projeta elementos importantes para o debate sobre nosso destino enquanto espaço nacional dotado de autonomia e soberania de decisões.

É intrínseco para a construção do desenvolvimento e suas propostas orientadas para a questão dos recursos naturais, a revalorização e soberania dos recursos em conjunto com ações que proponha mudanças na forma de inserção dos países e regiões na atual divisão internacional do trabalho.

CAPÍTULO II

DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA DO MARANHÃO 1970 – 2010

2.1. A dinâmica da economia maranhense no contexto da economia brasileira (1970 – 2010)

A maior inserção da economia do Maranhão em um contexto de ampliação de sua conexão com a economia nacional se deu na década de 1970, momento em que o país vivia sua segunda etapa de industrialização voltada a produção de insumos e bens de capital. Havia nesse cenário o interesse de fomentar e estruturar núcleos regionais com maior dinamismo e com potencial de demanda.

A partir do referido contexto se inicia ações modernizadoras da economia da maranhense. As primeiras intervenções procuraram ampliar a infraestrutura, principalmente o potencial energético e logístico, a exemplo da pavimentação da estrada São Luís - Teresina e a implantação do Porto de Itaqui. Dando continuidade às ações necessárias para atender os interesses do capital, ocorreu a fundação da Companhia de Telecomunicações do Maranhão – TELMA, também a ampliação e idealização de cursos de ensino superior nas áreas de administração e engenharia (NASCIMENTO, MORAES, 2009, p. 23).

Nesse período ocorreram, principalmente entre 1970 a 1985, mudanças substanciais verificadas no padrão de acumulação no Maranhão. As ações do Estado se deram via expressivos subsídios do governo às grandes empresas comerciais e agropecuárias, buscando modernizá-las tecnologicamente e conseqüentemente gerar demanda pelos insumos produzidos no polo dinâmico do capitalismo brasileiro. Tais políticas foram executadas em sua maioria pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, via demarcação de terras e incentivos a produtores rurais com base em propriedades ocupando grandes áreas de terras (PAULA, MESQUITA, 2008, p. 9).

As referidas políticas de modernização agropecuária executadas na época obtiveram apenas resultados isolados e residuais, em sua maioria, eram sustentadas via política de crédito rural e de preço mínimo. As mudanças puderam ser vistas na pecuária de corte, na produção de arroz irrigado e em algumas agroindústrias a exemplo de atividades de

beneficiamento de óleos vegetais e madeira. Os efeitos se limitaram aos incentivos fiscais e crédito subsidiado não sendo capazes de promover uma transformação qualitativa na estrutura produtiva maranhense. A partir da crise da década de 1980, a economia passa a ser direcionada a expansão e modernização do cultivo de eucalipto e soja (PAULA, MESQUITA, 2008, p. 9).

Nesse caso se faz importante destacar, a incapacidade verificada do Estado em realizar mudanças estruturais com potencial de promover maior dinamismo na região. Outro ponto de igual importância diz respeito à observada rigidez apresentada pela estrutura produtiva maranhense: Somente deram início a modificações de maior expressão durante a segunda metade da década de 1980, sendo essas guiadas fortemente pelo mercado e direcionadas a atender a demanda externa por *commodities*.

Diante do avanço da produção no campo em grande escala, orientada a atender interesses, dentre outros, que buscavam a consolidação de um mercado nacional moderno, a agricultura familiar e o tradicional extrativismo do babaçu perderam espaço, sendo impactados diretamente. A precária condição de concentração fundiária se deteriorou assim como a qualidade de vida das famílias no campo e sua importância como pequenos produtores rurais. O nível de trabalho em área rural foi fortemente reduzido devido à queda da atividade extrativista, principalmente a do babaçu. A inquietante questão diz respeito a desarticulação do frágil tecido social posto em prática nesta circunstância, a impulsionar a pressão populacional nos grandes núcleos urbanos do estado maranhense e aumentando os já elevados níveis de miséria e pobreza.

Ao dar continuidade à execução de políticas permeadas pelos mais variados interesses, nacionais e internacionais, em 1980, via decreto Lei, o então presidente militar ditatorial General João Baptista de Oliveira Figueiredo instituiu o Programa Grande Carajás – PGC. O planejamento foi idealizado com base em regimes especiais de concessões e incentivos fiscais destinados a empreendimentos para a mineração na Amazônia Oriental localizada nos estados do Pará e Maranhão.

Dentre as diversas intervenções ligadas ao PGC encontrava-se o Projeto Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, privatizada em 1997 no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e atualmente denominada Vale. Em conjunto com o referido projeto, foi implantada a Estrada de Ferro Carajás – EFC com o propósito de escoar a produção mineral realizada no Pará até o litoral maranhense. A ferrovia viabilizou o suporte

logístico para a constituição do complexo compreendido por três esferas: Mina, ferrovia e porto. O Projeto de Ferro Carajás foi inaugurado em 1985 a partir do embarque do primeiro carregamento de minério de ferro destinado ao exterior via Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – TMPM, localizado na capital maranhense São Luís.

O referido contexto envolvendo o Projeto de Ferro Carajás contribuiu para acelerar o processo de mudança demográfica maranhense, principalmente a partir do surgimento na década de 1980, de diversas cidades às margens da ferrovia. O crescimento desses núcleos urbanos resultou na formação de mercados de comércio e serviços, mas gerou problemas de escassez “de oferta tanto no plano das demandas coletivas – educação, saúde, segurança, habitação – quanto no aspecto do emprego” (PAULA, MESQUITA, 2008, p. 11).

Atualmente, existem vinte e três cidades às margens da EFC e organizadas junto ao Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás no Maranhão – COMEFC. Dentre os objetivos desse consórcio encontra-se a intenção de defender os interesses dos entes junto a Vale S.A, suas terceirizadas ou contratadas e principalmente levantar questionamentos referentes ao desenvolvimento prometido na década de 1980, proposta esta que nunca se concretizou a um custo de forte intervenção no espaço maranhense face ao intenso fluxo de recursos naturais transportados diariamente pela ferrovia.

A partir da reestruturação produtiva ocorrida no Maranhão nas últimas décadas do século XX, Paula e Holanda observam a submissão predominante da economia às regras do mercado. Destacam também que as políticas executadas não tiveram uma característica indutora, mas sim normalizadora, a considerar que “O capital financeiro e os complexos industriais passam a desempenhar papéis cada vez mais preponderantes nas decisões de investimento e na articulação intersetorial” (PAULA, HOLANDA, 2011, p. 57).

Por fim, é interessante contextualizar que os dois principais movimentos de acumulação de capital abordados anteriormente, sendo o primeiro por toda a década de 1970 até a metade da década seguinte; o segundo a partir de 1985 a perdurar-se por toda a década de 1990, não ocorreram de forma dissociada das transformações verificadas em escala nacional. O primeiro momento é fortemente marcado pela intervenção direta do Estado via planejamento e execução dos investimentos. O segundo, nitidamente identificado a partir do final dos anos 1980 possui sua mudança atribuída não somente a alteração na gama de investimentos em curso, mais principalmente ligada ao papel do Estado que passa atuar de

forma indireta a se limitar na busca por investimentos e a utilizar principalmente incentivos fiscais guiados pelo discurso de vantagens locacional.

Em síntese, as transformações verificadas na economia maranhense apesar de serem possíveis de diferenciação ao considerar o *modus operandi*, possui a mesma característica de subordinação a interesses estratégicos de agentes longínquos ao território regional. Há a predominância ao transcorrer a história econômica do estado, de uma conexão complementar face ao capitalismo nacional e internacional.

2.2. Estrutura e dinâmica recente da economia maranhense no contexto da economia nordestina (1990 – 2010)

O estado do Maranhão representa 21,4% da área territorial do Nordeste sendo constituído pela quarta maior população nordestina 6.574.789 habitantes, o equivalente a 12,4% da população da região, IBGE 2010. Apesar do estado da Bahia, em termos nominais, possuir a maior população rural dentre os estados do nordeste, o Maranhão registrou em 2010 a maior população rural relativa equivalente a 37% (Tabela 2.1). A Bahia segue em segundo com 28% de sua população habitando em áreas rurais. Destaca-se que apesar do significativo contingente representado pela população rural, o Maranhão durante o último decênio acompanhou a média nordestina referente à redução proporcional da população rural em torno de 4% no período.

Tabela 2.1
Brasil e estados do Nordeste
População residente por situação do domicílio % (2000 – 2010)

BR, NE e Estados da Região	2000		2010		Varição
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Rural
Brasil	81	19	84	16	(3)
Nordeste	69	31	73	27	(4)
Maranhão	59	41	63	37	(4)
Piauí	63	37	66	34	(3)
Ceará	72	28	75	25	(3)
Rio Grande do Norte	73	27	78	22	(5)
Paraíba	71	29	75	25	(4)
Pernambuco	76	24	80	20	(4)
Alagoas	68	32	74	26	(6)

Sergipe	71	29	74	26	(3)
Bahia	67	33	72	28	(5)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010. Nota: Número negativo entre parênteses.

No que diz respeito à estrutura agrária maranhense, em relação à condição nordestina e brasileira, essa se mostra detentora de um significativo nível de concentração fundiária e constituída por determinada rigidez uma vez que pouca alteração é verificada ao compararmos os dados de 1970 e o último censo agropecuário de 2006.

Em 1970 (Tabela 2.2), o grupo de proprietários com maiores áreas no Maranhão correspondente ao intervalo de 100 hectares ou mais, era responsável por 84,17% das terras, ao passo que no Nordeste esse mesmo indicador revelou 70,45% e no Brasil 76,49%. Em 2006, o nível de concentração para o mesmo grupo de proprietários se manteve pouco alterado, concentrando 78,57% das terras em comparação com 68,60% no Nordeste e 78,82% no Brasil. Esse dado revela o preocupante perfil agrário a evidenciar um nível de concentração acima da média nordestina.

O nível de concentração de terra demonstra o perfil rígido para as transformações da estrutura agrária maranhense e nordestina e também expõe o quanto no Brasil o combate à concentração fundiária foi deixado de lado, uma vez que o nível para o país em 2006 é incrivelmente maior do que o verificado na década de 1970.

Outra discussão necessária relacionada à concentração fundiária maranhense é a respeito da perda contínua de terras dos pequenos produtores rurais. Em 1970 (Tabela 2.2) esses proprietários de áreas com menos de 10 hectares eram responsáveis por apenas 5,54% da área total. A situação é agravada em 2006 ao ser constatado pelo censo agropecuário que esse mesmo grupo de produtores rurais passa a ser responsáveis por apenas 1,37% da área total. O mesmo indicador para o Nordeste e para o Brasil em 2006 registrou 4,98% e 2,34% respectivamente.

Ao analisarmos os dados que evidenciam a concentração de terra no Maranhão, constata-se uma delicada situação uma vez que o estado possui 37% de sua população estabelecida no campo, caracterizada como a maior população rural nordestina e paradoxalmente possui o maior nível de concentração fundiária da região.

Outro elemento de grande importância para a análise da questão maranhense, diz respeito a sua ampla área constituída no bioma Amazônia (34%) e Cerrado (65%) (IBGE,

2014). No que diz respeito à participação do bioma Caatinga, verifica-se uma inversão de proporção ao compararmos a presença desse bioma em outros estados do Nordeste: Ceará (100%), Bahia (54%), Paraíba (92%), Pernambuco (83%), Piauí (63%), Rio Grande do Norte (95%), Alagoas (48%), Sergipe (49%) e Maranhão (1%), (IBAMA, 2011, pg. 8). Diante desse breve panorama sobre a composição dos biomas no Nordeste, é possível iniciar a compreensão da importância estratégica da estrutura produtiva maranhense no sentido de avançar na densidade de interconexão de fluxos de produção entre os estados nordestinos, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos.

Tabela 2.2

Estabelecimentos Agropecuários: Grupos de Áreas, Número de Estabelecimentos (%), Área dos Estabelecimentos (%)

Grupos de área (ha)	1970		1980		1995		2006	
	Nº estabelecimentos (%)	Área estabelecimentos (%)	Nº estabelecimentos (%)	Área estabelecimentos (%)	Nº estabelecimentos (%)	Área estabelecimentos (%)	Nº estabelecimentos (%)	Área estabelecimentos (%)
Brasil								
Menos de 10	51,36	3,09	50,44	2,47	49,65	2,23	50,34	2,34
10 a menos de 100	39,43	20,42	39,15	17,68	39,61	17,73	40,07	18,85
100 a menos de 1000	8,45	36,97	9,48	34,75	9,71	34,94	8,62	33,82
1000 e mais	0,75	39,52	0,93	45,1	1,02	45,1	0,97	45,00
Nordeste								
Menos de 10	68,31	5,48	67,72	5,08	68,01	5,25	65,92	4,98
10 a menos de 100	25,55	24,07	26,08	22,97	26,17	24,6	28,64	26,42
100 a menos de 1000	5,75	43,2	5,78	40,35	5,43	40,17	5,08	37,7
1000 e mais	0,39	27,25	0,42	31,6	0,39	29,98	0,36	30,9

Continua

Continuação

Maranhão								
Menos de 10	87,54	5,59	85,24	4,78	76,88	3,10	59,64	1,37
10 a menos de 100	7,83	10,24	9,93	13,08	16,77	19,14	29,83	20,07
100 a menos de 1000	4,13	42,44	4,37	38,32	5,88	41,41	9,77	42,35
1000 e mais	0,49	41,73	0,46	43,83	0,47	36,35	0,75	36,22

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Ao abordarmos o desempenho da economia maranhense em um contexto regional e a partir da sua taxa real de crescimento, nota-se um registro médio acima da taxa nordestina e também brasileira entre 1996 a 2010. Nesse período a economia do Maranhão cresceu a uma taxa média real de 4% a.a., superior à taxa nordestina de 3,4% a.a. e brasileira 3,1% a.a. (Tabela 2.3). Cabe observar que durante esse período a economia estadual não cresceu por dois anos, registrando taxas negativas em 1998 (-4,9%) e 2009 (-1,7%).

A forte queda do nível de atividade da economia maranhense verificada em 1998 pode ser compreendida a partir de um conjunto de fatores que extrapolam questões meramente conjunturais a exemplo da valorização cambial observada na época a impactar as exportações maranhenses de *commodities*. A década de 1990 foi marcada pelo aprofundamento da crise fiscal no estado a partir de igual problema em âmbito federal, principalmente no que diz respeito à transferência de recursos intergovernamentais. O segundo fator está relacionado à redução do volume de arrecadação condicionada a partir da redução do nível de atividade. A isso se somaram os problemas climáticos verificados por motivo das secas de 1993 – 1994 e 1998 – 1999 (PAULA, HOLANDA, 2011, p. 61).

Em relação à retração do PIB maranhense verificado em 2009, a mesma se deve em grande parte a crise na economia mundial iniciada em 2008. O estado foi atingido significativamente devido à redução da demanda por parte do comércio internacional por produtos siderúrgicos, minerais e agrícolas. Destaca-se que dentre as economias nordestinas a maranhense e a baiana foram às únicas na região a registrar retração do produto.

Em 2009 a retração verificada na economia brasileira e na economia baiana foi de 0,3% e 0,6%, respectivamente, bem mais suave que a retração de 1,7% verificada na economia maranhense. Portanto o mesmo movimento que proporcionou a economia do Maranhão a manter um nível de atividade acima da média nordestina e brasileira, sustentada principalmente pelo aumento dos preços das *commodities* em conjunto com o crescimento do volume exportado, reduziu a economia a maiores níveis de volatilidade ligada a oscilações na demanda internacional por produtos primários.

Outra questão a ser levada em consideração é o crescente movimento de entrada em operação de novas plantas siderúrgicas na China, produzindo alterações no quadro de oferta dessas *commodities*.

Tabela 2.3
Taxa de Crescimento Real Anual do PIB do
Brasil, Nordeste e Estados da Região % a.a. (1996 – 2010)

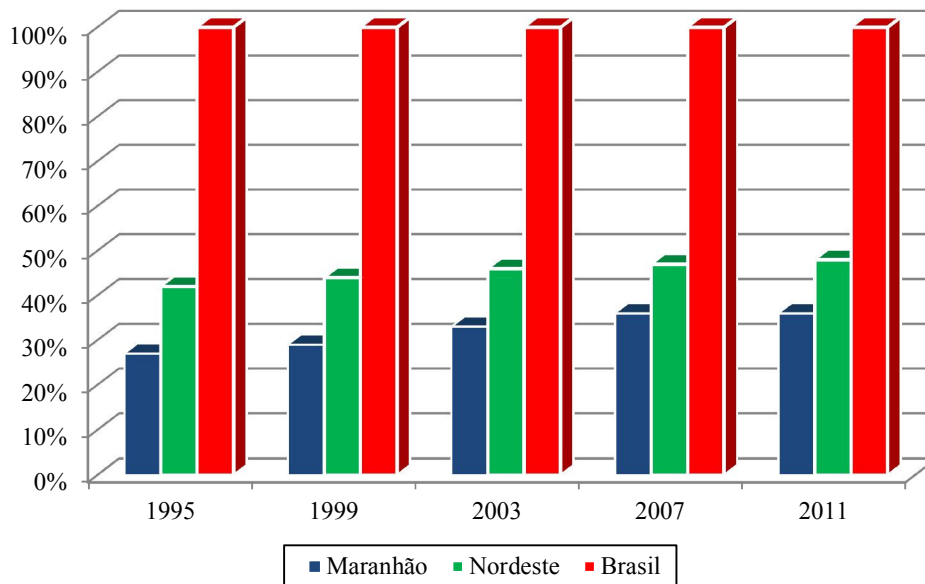
BR, NE e Estados da Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	(0,3)	7,5
Nordeste	2,1	4,3	(0,4)	0,9	4,1	0,8	2,9	1,9	6,5	4,6	4,8	4,8	5,5	1,0	7,2
Maranhão	4,3	2,9	(4,9)	2,9	4,4	1,8	2,8	4,4	9,0	7,3	5,0	9,1	4,4	(1,7)	8,7
Piauí	3,4	1,2	0,2	1,6	3,2	2,1	1,7	5,4	6,3	4,5	6,0	2,0	8,8	6,2	4,2
Ceará	3,4	2,2	(0,7)	0,7	4,5	(1,4)	3,6	1,5	5,2	2,8	8,0	3,3	8,5	0,0	8,0
Rio Grande do Norte	2,7	4,6	1,0	2,6	4,6	1,9	4,9	1,5	3,5	4,0	4,8	2,6	4,5	1,5	5,1
Paraíba	2,6	3,1	(2,3)	2,8	4,4	0,8	4,8	5,3	2,8	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3
Pernambuco	0,3	3,1	(0,4)	0,7	4,3	1,6	4,1	(0,6)	4,1	4,2	5,1	5,4	5,3	2,8	7,7
Alagoas	0,2	5,3	2,2	(1,3)	1,9	1,8	0,2	(0,6)	4,5	4,8	4,4	4,1	4,1	2,1	6,8
Sergipe	3,4	7,1	(0,1)	(0,5)	3,5	0,8	4,0	2,7	6,6	5,7	4,1	6,2	2,6	4,4	5,3
Bahia	1,7	6,5	0,5	0,6	4,1	0,4	1,5	2,2	9,6	4,8	2,7	5,3	5,2	(0,6)	6,6

Fonte: IBGE Contas Regionais do Brasil 2010 in Banco do Nordeste - BNB 2013, p. 17.

Nota: Os valores de 1995 a 2001 foram retirados da série retropolada divulgada pelo IBGE nas Contas Regionais do Brasil 2010.

A economia maranhense há décadas é marcada por seu baixo PIB *per capita*, dentre outros diversos indicadores socioeconômicos seguindo abaixo da preocupante média nacional. Com determinada frequência o Maranhão registra, em relação às outras Unidades da Federação, a mais baixa razão entre PIB e a totalidade da população. Em comparação com o nível nacional, o indicador maranhense não atinge a metade do PIB *per capita* brasileiro, sendo inferior mesmo em relação à média nordestina (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1
Diferença do PIB *per capita* a preços correntes
Nordeste e Maranhão. Brasil = 100% (1995 – 2011)



Fonte: IBGE Contas Regionais do Brasil 2002 - 2005, 2003 - 2007, 2004 - 2008, 2005 - 2009, 2010 e 2011. Nota: Dados de 1995 e 1999 fonte IBGE Contas Regionais do Brasil in Banco do Nordeste - BNE 2013, p. 28.

Entretanto, no período de 1995 a 2011, o PIB *per capita* maranhense avançou 9 p.p., posicionando a economia do Maranhão próxima ao Rio Grande do Norte, sendo essas duas Unidades da Federação no Nordeste que mais avançaram em participação relativa em comparação com o indicador nacional. Apesar do respectivo avanço, o Maranhão não conseguiu superar, em conjunto com o estado do Piauí, a condição de última posição nacional registrada em 2011 quando atingiram apenas 36% do PIB *per capita* brasileiro (Tabela 2.4).

Tabela 2.4
Nordeste
Diferença do PIB *per capita* a preços correntes
Brasil = 100% (1995 – 2011)

Estados do NE	1995	1999	2003	2007	2011
Brasil	100	100	100	100	100
Nordeste	42	44	46	47	48
Maranhão	27	29	33	36	36
Piauí	30	30	31	32	36
Ceará	45	45	44	43	48
Rio Grande do Norte	43	47	49	53	52
Paraíba	35	39	42	42	43
Pernambuco	48	50	50	51	55
Alagoas	39	39	40	41	42
Sergipe	53	53	60	60	58
Bahia	47	51	53	54	53

Fonte: IBGE Contas Regionais do Brasil 2002 - 2005, 2003 - 2007, 2004 - 2008, 2005 - 2009, 2010 e 2011.

Nota: Dados de 1995 e 1999 fonte IBGE Contas Regionais do Brasil *in* Banco do Nordeste - BNB 2013, p. 28.

Ao que se refere ao Valor Bruto da Produção Industrial maranhense, em 2011 o estado registrou uma taxa de participação na economia nordestina de 4,42%, sendo esta a sexta posição em relação às demais UFs da região. É relevante destacar o perfil concentrado da divisão espacial do Valor Bruto da Produção Industrial nordestina, historicamente atribuído em grande parte a Pernambuco e Bahia.

Desde início do século XX, cerca de 60% da produção industrial nordestina corresponde a Pernambuco e Bahia (FEITOSA, 2007, p. 43). A título de observação a Tabela 2.5 revela o quanto continua rígida a referida distribuição espacial. Em 1996 a participação relativa dos estados de Pernambuco e Bahia correspondia a 59,25% e em 2011 a respectiva concentração avançou para 63,84%. A participação relativa do Maranhão, por sua vez, teve ligeira redução de 4,91% para 4,42%, nesse mesmo período.

Tabela 2.5
Indústria de Transformação: Distribuição Espacial do Valor Bruto da
Produção na Região Nordeste, em % (1996 – 2011)

Estados	1996	2001	2006	2011
Maranhão	4,91	4,40	5,02	4,42
Piauí	1,60	1,65	1,65	2,24
Ceará	15,41	13,61	11,16	13,53
Rio Grande do Norte	3,30	3,35	2,75	3,86
Paraíba	5,01	5,81	3,87	4,43
Pernambuco	19,70	16,41	14,24	17,25
Alagoas	7,84	5,91	4,05	4,48
Sergipe	2,70	3,52	2,68	3,20
Bahia	39,55	45,34	54,59	46,59
Nordeste	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PIA Empresa IBGE 1996, 2001, 2006 e 2011.

Por fim, há de considerarmos como direção para as políticas públicas do governo federal e estadual que o significativo nível da população maranhense vivendo no campo não deve ser compreendido como atraso e sim como oportunidade de transformar os caminhos da história. Não há margem para continuar com o êxodo rural descontrolado a não resolver o problema dessa população e impulsionar consequentemente a ampliação dos problemas nas cidades.

A questão agrária maranhense necessita de políticas planejadas e executadas pelo governo estadual e direcionadas aos pequenos produtores do campo, a exemplo de programas de crédito, transferência de tecnologia, ampliação e consolidação dos mercados institucionais bem como expansão e estruturação dos mercados convencionais de alimentos. As ações de âmbito do Governo Federal além de envolver o mesmo potencial de política pública do Governo Estadual, necessita ampliar as ações capazes de reduzir o nível de concentração fundiária no estado.

Devido à composição do bioma maranhense, se faz indispensável o adensamento das trocas de produção entre os entes nordestinos guiados por um enfoque de complementaridade. O interesse de promover uma conexão de fluxo produtivo de grãos junto a Ásia, caracterizada por sua forte vulnerabilidade de preços e padrão socioambiental

devastador, se mostra insustentável no sentido do propósito de promover o desenvolvimento e frente às alternativas de maior conexão entre as economias do Nordeste.

Outra questão importante, apesar de ações do governo estadual em atrair investimentos e criar polos industriais, diz respeito à tendência de continuidade da importância relativa da indústria de ferro gusa, indústria de alumínio e conjuntamente a considerar o avanço da produção de grãos na região destinados a exportação. A partir do avanço dessa tendência, há conseqüentemente o crescimento da sensibilidade a mudanças externas, principalmente devido à configuração dos mercados internacionais e a vulnerabilidade do preço das *commodities*. Enquanto se avança com o fortalecimento da dependência externa se deixa de lado a oportunidade de ampliar a conexão e densidade de trocas entre os entes nordestinos e quiçá junto a países da América do Sul.

O baixo PIB per capita maranhense deve ser compreendido como um sinalizador a reivindicar atenção ao informar sobre a quantidade desproporcional entre volume de produção e população residente. Há a necessidade de criar medidas alternativas que eleve o volume da produção a superar a média nordestina e se aproximar da média brasileira. Destaca-se que esse movimento de aumento do volume de produção da economia maranhense deve ser cuidadosamente planejado em sintonia com o esforço distributivo, ao observarmos cuidadosamente a distinção clara a diferenciar crescimento econômico e desenvolvimento.

As ações propostas com o objetivo de superar o subdesenvolvimento maranhense deve considerar a característica da desigualdade no Brasil, presente não somente no plano inter-regional, uma vez que há dentro das regiões uma distribuição e dinamismo concentrado, composto por determinada rigidez ao revelar dificuldades de mudanças descentralizadoras. Como observado, Bahia e Pernambuco concentram historicamente em média 60% da produção da Indústria de Transformação. No Maranhão há a necessidade estadual em promover o avanço de sua indústria de transformação principalmente a partir da verticalização das cadeias de produção, possibilitando a ampliação de encadeamentos para trás e para frente e conseqüentemente combatendo a atual estrutura produtiva composta por poucos elos intra e intersetoriais.

2.3. Estrutura e dinâmica da economia maranhense (1990 – 2010)

Anteriormente foi observado e analisado a dinâmica da economia maranhense em um contexto geral a compreender sua inserção a nível nacional e regional. O presente tópico busca aprofundar a análise e levantar elementos para a compreensão da recente composição e dinâmica da economia estadual a partir da indústria de transformação e indústria extrativa.

A composição da respectiva estrutura produtiva no que diz respeito a sua indústria de transformação, a partir de dados levantados com base na PIA empresa referente ao período de 1996 a 2007 (Tabela 2.6), revela determinada concentração no Valor da Transformação Industrial – VTI atribuída a atividades ligadas aos setores de bens intermediários.

Tabela 2.6
Maranhão
Composição da indústria de transformação
Por grupo de uso em (%) 1996 – 2007

Categoria de uso	1996 – 1999	2000 – 2003	2004 – 2007
Grupo I	26,17	16,97	15,70
Grupo II	71,76	79,16	79,42
Grupo III	0,81	0,52	0,81
Outros*	1,26	3,35	4,07
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PIA – IBGE, vários anos 1996 – 2007. Nota: *Dados mantidos em sigilo. Não se optou por redirecionar tais dados de forma indiscriminada uma vez que sua composição pertence a grupos distintos. Ver apêndice estatístico Cano (2007, p. 331) para os ramos que compõe cada grupo.

Portanto, chama atenção à trajetória de concentração da indústria de transformação dedicada à produção de bens intermediários Grupo II, a atingir nos últimos dois intervalos analisados (2000 – 2003) e (2004 – 2007) aproximadamente 80% de participação relativa. No que diz respeito ao Grupo I, a compreender um período mais espaçado, (1996 – 1999) a (2004 – 2007), a participação desse grupo diminuiu aproximadamente 10 p.p.. Esse dado requer atenção e preocupação, uma vez que as indústrias de bens de consumo não durável Grupo I, produtora em grande parte de alimentos e bebidas é caracterizada por sua importância relativa na formação de uma população ocupada assalariada. Outro dado a requerer equivalente atenção, diz respeito a aparente rigidez atribuída a participação da indústria de transformação se contrapondo a pequena participação relativa na economia do Grupo III, caracterizado por abrigar indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável, constituídas de maior

volume de capital, densidade tecnológica, maiores salários e significativa capacidade de promover encadeamentos para trás e para frente.

A compreensão referente à composição e dinâmica da indústria de transformação e indústria extrativa maranhense resulta em elementos que não somente revelam, em maior profundidade, os movimentos na economia do estado que fortalecem determinados segmentos, bem como possibilita apontar tendências de continuidade em maior ou menor grau inerentes a rigidez característica de economias subdesenvolvidas. Há também a condição de proporcionar a elaboração de alternativas e identificação de transformações que possam contribuir para o desenvolvimento estadual.

2.3.1. A indústria de transformação maranhense (1990 – 2010)

Como observado anteriormente, a estrutura recente da indústria de transformação maranhense compreendida entre o período 1996 a 2007 é marcada pelo registro de forte participação relativa de setores produtores de bens intermediários. Dentre esses, o segmento produtor de metalurgia básica foi o que mais contribuiu para a referida concentração devido sua participação média entre (1996 – 2007) de 57,62% no Valor de Transformação Industrial – VTI (Tabela 2.7). Em segundo lugar, compreende o setor de bens-salário destinado à produção de alimentos e bebidas a integrar uma participação relativa média de 15,22%.

Tabela 2.7 - Estrutura (%) do VTI da indústria de transformação do Estado do Maranhão segundo classes de gênero, 1996 - 2007

Gêneros selecionados (CNAE 1.0)	1996-1999	2000-2003	2004-2007	Média 1996-2007
Alimentos e bebidas	19,83	13,14	12,69	15,22
Têxteis	1,24	0,57	0,38	0,73
Vestuário e acessórios	0,22	0,13	0,27	0,20
Produtos de madeira	3,84	2,96	1,96	2,92
Celulose, papel e produtos de papel	0,88	0,68	0,95	0,83
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,12	1,89	1,10	2,04
Produtos químicos	6,54	5,14	6,24	5,97
Artigos de borracha e plástico	0,67	0,77	0,74	0,72
Produtos de minerais não metálicos	5,73	5,04	3,54	4,77
Metalurgia básica	51,45	61,03	60,40	57,62

Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	0,40	0,69	2,33	1,14
Máquinas e equipamentos	0,33	0,32	0,49	0,38
Montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,11	0,07	0,12	0,10
Outros equipamentos de transporte	0,35	0,05	0,09	0,16
Móveis e indústrias diversas	1,52	0,94	0,66	1,04
Outros	1,26	3,35	4,07	2,89

Fonte: PIA empresa – IBGE vários anos. Notas: A rigor do cálculo da média, somente foram selecionados os gêneros que não apresentaram descontinuidade no registro de atividade e não tiveram dados mantidos em sigilo.

Tal concentração, a incorporar poucos setores da economia maranhense, é agravada a partir do significativo peso de sua indústria de metalurgia básica, historicamente ligada ao mercado internacional e marcada por pouco dinamismo a partir de sua baixa capacidade em promover encadeamentos e conexões intersetoriais, contribuindo para a caracterização da estrutura produtiva da região como pouco densa e a registrar maior vulnerabilidade a mudanças conjunturais.

Outro elemento capaz de contribuir para a compreensão da estrutura produtiva da economia maranhense, cabe à análise da participação relativa da indústria de transformação na composição do Valor Bruto da Produção Industrial – VBP.

Na (Tabela 2.8) observa-se que a indústria de transformação maranhense registrou participação relativa superior à média brasileira nos anos de 1996 e 2001. Entretanto, a partir de 2006 há uma inflexão no sentido de perda de participação relativa do segmento devido ao efeito de redução em aproximadamente 10 p.p no intervalo de 2001 a 2006. A tendência continuou a ser verificada em 2011, sob nova redução de 7 p.p., remetendo a uma participação relativa de 81,95% enquanto a média brasileira e nordestina registrou 92,30% e 92,95% respectivamente.

Tabela 2.8
Brasil, Nordeste e Maranhão
Participação relativa da Indústria de Transformação
Diante do Valor Bruto da Produção Industrial (%) 1996, 2001, 2006 e 2011

Região	1996	2001	2006	2011
Brasil	98,16	96,41	94,83	92,30
Nordeste	95,64	94,95	94,00	92,95
Maranhão	99,21	98,88	89,44	81,95

Fonte: PIA Empresa IBGE, Anos 1996, 2001, 2006 e 2011.

Esse movimento pode ser atribuído ao maior vigor da indústria extrativa de minerais metálicos, resultando em maior participação relativa desse setor em detrimento da indústria de transformação e também da instabilidade de preços e de demanda sofrida pela indústria de metalurgia básica maranhense.

A partir da composição recente da indústria de transformação maranhense, nesse caso a considerar o período 2008 a 2011, observa-se algumas transformações, porém, persistindo o elevado grau de concentração setorial. A referida tabela (Tabela 2.9) foi desmembrada da (Tabela 2.7) devido às mudanças ocorridas na Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE em 2007.

Ao analisar a (Tabela 2.9), há a revelação da continuidade do núcleo de concentração produtiva responsável agora por 82,07% da participação média no VTI estadual. Este agrupamento é atribuído a cinco setores: produção da indústria metalúrgica (38,56%), alimentos (12,95%), bebidas (12,26%), produtos químicos (8,02%) e produtos minerais não-metálicos (10,29%).

Tabela 2.9 – Estrutura do VTI da indústria de transformação do Estado do Maranhão segundo classes de gênero, 2008 – 2011, em %

Gêneros (CNAE 2.0)	2008	2009	2010	2011	Média 2008-2011
Alimentos	8,57	10,06	19,31	13,84	12,95
Bebidas	7,23	10,46	11,76	19,58	12,26
Fumo	x	x	x	x	
Têxteis	0,38	0,32	0,28	0,07	0,26
Artigos do vestuário e acessórios	0,69	0,97	2,08	1,03	1,19
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,25	0,76	0,58	0,40	0,50
Produtos de madeira	1,97	1,23	0,90	0,79	1,22
Celulose, papel e produtos de papel	0,62	0,26	0,28	0,14	0,33
Impressão e reprodução de gravações	0,36	0,87	1,39	1,42	1,01
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	3,97	3,97	6,43	4,37	4,69
Produtos químicos	6,85	8,34	7,20	9,70	8,02
Farmoquímicos e farmacêuticos	0,35	x	-	x	
Produtos de borracha e plástico	0,75	0,59	0,59	0,54	0,62
Produtos de minerais não-metálicos	5,14	11,98	13,89	10,13	10,29

Metalurgia	54,41	40,09	28,53	31,21	38,56
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	5,88	6,36	3,51	1,85	4,40
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	0,09	0,14	0,13	0,02	0,10
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	x	0,08	0,07	0,04	
Máquinas e equipamentos	0,63	0,26	0,12	0,59	0,40
Veículos automotores, reboque e carrocerias	0,42	0,24	0,28	0,36	0,33
Outros equipamentos de transporte exceto automotores	0,13	0,11	x	0,05	
Móveis	0,62	1,60	1,21	1,60	1,26
Produtos diversos	0,06	0,13	0,13	0,42	0,19
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,57	1,15	1,29	0,91	0,98

Fonte: PIA empresa – IBGE vários anos. Notas: x significa dados mantidos em sigilo. - não apresentou registro de atividade. As publicações PIA Empresa referente ao ano de 2007 foram publicadas em duas versões 1.0 e 2.0.

Destaca-se que o nível de concentração foi representado por cinco segmentos devido às mudanças de classificação do CNAE 2.0, principalmente motivado pela alteração que desmembrou alimentos de bebidas.

Ao confrontar a participação relativa das indústria de alimentos e bebidas entre as duas séries e a considerar a participação média no período 2008 – 2011 de 25,21%, verifica-se um aumento de aproximadamente de 10 p.p. Cabe observar que a referida mudança não necessariamente significa aumento do valor da transformação realizada no segmento alimentos e bebidas, mas influenciada devido a redução nominal do VTI de outros segmentos a exemplo do metalúrgico que enfrentou dificuldades no período.

Outro setor que compõe o referido núcleo de concentração citado anteriormente refere-se à indústria de produtos químicos a registrar uma participação média de 8,02% no período 2008 – 2011 ante 5,97% no período 1996 – 2007. A indústria de produtos minerais não metálicos registrou significativo aumento de participação ao atingir uma média de 10,29% no período 2008 – 2011 ante 4,77% no período 1996 – 2007. Cabe observar que o aumento da participação relativa desses setores sofreu influência a exemplo do aumento da participação relativa da indústria de alimentos e bebidas.

A indústria metalúrgica foi à única integrante do núcleo a registrar redução em sua participação relativa de 57,62% no período 1996 – 2007 para 38,56% no período 2008 – 2011. Portanto o segmento metalúrgico maranhense registrou nesse intervalo uma perda média de 19 p.p. e chegou a atingir em 2010 a reduzida participação de 28,53%. A respectiva

retração da atividade metalúrgica no estado pode ser atribuída à forte redução da demanda do mercado externo por produtos siderúrgicos, motivada pela crise econômica e financeira mundial iniciada em 2008. É importante notar que durante o período 2000 – 2003 a indústria metalúrgica maranhense chegou a atingir a média de participação relativa de 61,03% no VTI estadual.

A título de comparação referente ao grau de concentração da estrutura produtiva estadual, dentre as nove UFs do Nordeste, o Maranhão possui a maior dependência relativa em relação à indústria siderúrgica. Enquanto em 2003 o estado de Pernambuco permaneceu na segunda posição com participação relativa de 7,33% no VTI da indústria geral, o estado do Maranhão obteve uma participação relativa de 55,32%. Portanto, a economia maranhense é a que mais depende da produção de produtos siderúrgicos no Nordeste, mesmo tendo reduzido sua dependência relativa nos últimos anos ao ter alcançado em 2011 uma participação relativa de 20,50%³ diante da sua indústria geral (Tabela 2.10).

Tabela 2.10
Estados do Nordeste
Participação da indústria metalúrgica no
VTI da indústria geral (%) 1996, 2003 e 2011

Estados do NE	1996	2003	2011
Maranhão	49,6	55,32	20,50
Piauí	x	0,01	0,99
Ceará	0,93	1,92	3,07
Rio Grande do Norte	0,05	0,03	0,04
Paraíba	x	0,03	0,12
Pernambuco	6,06	7,33	6,36
Alagoas	0,66	0,03	0,07
Sergipe	-	x	0,08
Bahia	7,20	4,77	3,15

Fonte: PIA – IBGE, Anos 1996, 2003 e 2011. Notas: x significa não apresentou registro de atividade.

³ Como observado anteriormente, a referida redução da participação relativa da indústria metalúrgica não se deve a uma tendência de avanço da participação de outros setores na economia do estado, mas em grande parte a redução da demanda do comércio internacional por produtos siderúrgicos diante da crise financeira mundial deflagrada em 2008. Nota: A participação da indústria metalúrgica na indústria de transformação no VTI estadual registrou em 2011 participação relativa de 31,21% enquanto no mesmo ano há o registro de participação relativa na indústria geral de 20,50%. A indústria geral engloba a indústria de transformação mais a indústria extrativista.

Durante o período analisado, não se destaca segmentos da indústria de transformação responsáveis por impulsionar alterações com base em condicionantes endógenos ou a partir de conexões intersetoriais capazes de produzir encadeamentos “para trás” ou “para frente”, gerando maior diversificação da estrutura produtiva maranhense. Como observado, as alterações verificadas foram resultados de fatores exógenos ao passo que evidencia o nível de vulnerabilidade da economia maranhense em relação ao comércio internacional.

2.3.2. A indústria extrativa maranhense (1990 – 2010)

O Maranhão possui pequena participação relativa na indústria extrativa brasileira. Apesar de não configurar como uma grande região extrativista, os recursos minerais extraídos no estado do Pará são em sua maioria transportados até o Maranhão via Estrada de Ferro Carajás em embarcados no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira localizado na capital maranhense. O destino da menor parcela desses minerais extraídos no estado vizinho é direciona as siderúrgicas de ferro gusa do município de Açailândia e também para as unidades de produção de alumínio e pelotização localizadas na capital São Luís.

Mesmo diante da reduzida expressão na indústria extrativa nacional verifica-se, a partir dos anos 2000, significativo movimento de expansão desse setor na economia estadual, resultando em ganhos contínuos na participação relativa do VTI.

Destaca-se o registro recente de diversos investimentos direcionados a ampliação da capacidade instalada, modernização e implantação de novos projetos de mineração. O respectivo movimento é guiado pelas reservas constatadas de minerais metálicos compostas por ouro e bauxita e minerais não metálicos constituídas por areia, areia industrial, argilas comuns, argilas plásticas, calcário (rochas), caulim, dolomito, gipsita, rochas (britadas) e cascalho, rochas ornamentais (granito e afins) (DNPM, 2010, p. 2).

Entre os anos 2000 a 2003 o setor mineral do estado do Maranhão registrou importante expansão atingindo participação relativa média de 4,34% no VTI estadual (Tabela 2.11) em comparação a uma participação anterior muito reduzida, correspondente a apenas 1,29% entre o período 1996 a 1999. Entretanto, houve um aumento mais significativo durante os anos de 2004 a 2007 após a indústria extrativa alcançar uma participação relativa média de 18,88% no VTI estadual.

No período mais recente compreendido entre 2008 a 2011 a dinâmica de expansão da indústria extrativista maranhense foi mantida registrando novamente uma nova ampliação indicada por uma participação média no VTI estadual de 34,33%. Portanto, percebe-se que há na indústria geral maranhense um intenso processo de reestruturação produtiva ao passo que se verifica a perda de participação gradual da indústria de transformação estadual.

Tabela 2.11
Maranhão
Participação da indústria extrativa diante da
indústria geral 1996 – 2011 em (%)

Período	Participação Número de Empresas %	Participação Pessoal Ocupado %	Participação VTI do Estado %
1996 – 1999	2,35	1,68	1,29
2000 – 2003	2,53	2,70	4,34
2004 – 2007	3,76	4,86	18,88
2008 – 2011	3,28	7,62	34,33

Fonte: PIA – IBGE, vários anos 1996 – 2011

Durante o período de 1996 a 2002 o setor mineral maranhense foi constituído, quase em sua totalidade, por atividades de extração, beneficiamento e comercialização de minerais não metálicos. Durante o referido período há apenas o registro de atividade extrativista de minerais metálicos no ano de 1998.

A partir de 2003 há o registro da expansão contínua da atividade extrativa de minerais metálicos (Tabela 2.12) em sintonia com o aumento da participação da indústria extrativa mineral diante da indústria geral (Tabela 2.11) e em detrimento da participação da indústria de transformação estadual.

Portanto, apesar de não existir registro de atividade extrativa direcionada aos metais metálicos entre 1996 a 2002 exceto 1998, o segmento extrativista de metais metálicos rapidamente atingiu alto peso relativo na participação no VTI da economia estadual principalmente no que diz respeito à indústria extrativista. Na Tabela 2.12 se destaca a média acima de 95% de participação no VTI da indústria extrativista maranhense a compreender os períodos 2005 – 2007 e 2010 – 2011.

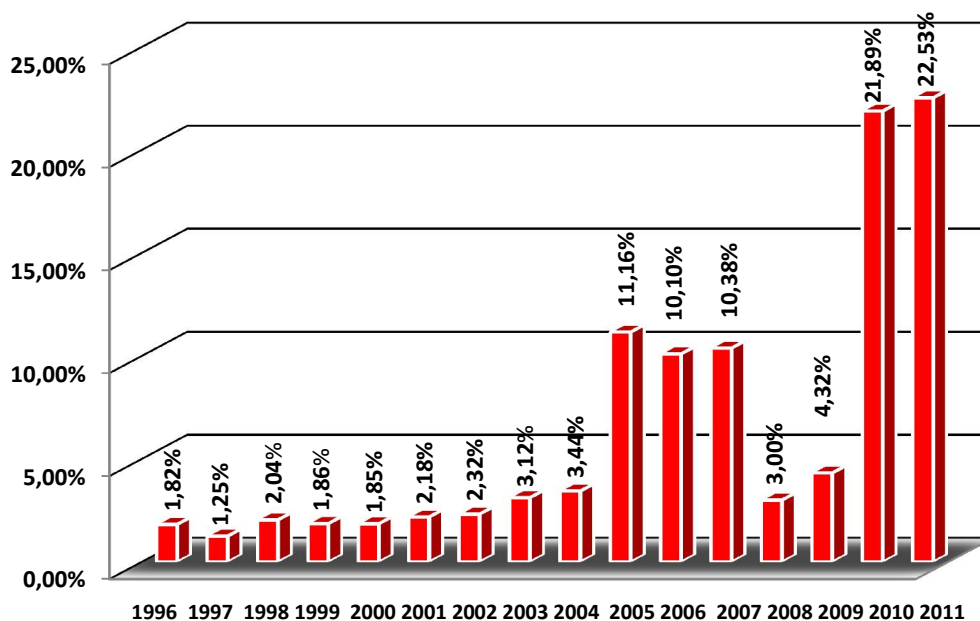
Tabela 2.12
Maranhão
Atividade extrativa de minerais metálicos: Participação
junto a indústria extrativa 2003 – 2011

Período	Número de Empresas	Participação VTI da indústria extrativa %
2003	1	x
2004	1	x
2005	5	97,40
2006	8	96,40
2007	13	95,51
2008	1	x
2009	1	x
2010	5	95,92
2011	5	95,76

Fonte: PIA – IBGE, vários anos 2003 – 2011. Nota: x corresponde a dados sigilados. Entre 1996 a 2002 não foi registrado atividade mineradora de metais metálicos exceto 1998.

O avanço da atividade extrativista maranhense, impulsionada pela atividade mineradora de metais metálicos, pode ser verificada também em sua participação relativa referente ao volume de salários pagos pela indústria geral no estado. O segmento extrativista registrou significativo avanço ao compararmos a participação relativa do segmento em 1996 de 1,82% face a mesma participação equivalente a 22,53% em 2011 (Gráfico 2.2).

Gráfico 2.2
Maranhão
Indústria extrativa: Participação relativa
salários pagos diante da indústria geral % 1996 – 2011



Fonte: PIA – IBGE, vários anos 1996 – 2011.

Diante dos dados revelados, há a necessidade de ampliar e qualificar a compreensão sobre a dinâmica da indústria extrativa maranhense e seus condicionantes uma vez que em menos de duas décadas ocorreram mudanças relevante em sua composição. A justificativa sobre a necessidade do respectivo esforço em compreender essas mudanças diz respeito a significativa alteração na composição da indústria geral no estado. Outra questão de igual importância é referente à necessidade de monitoramento e contribuição para a análise desses movimentos, uma vez que predomina a “construção do discurso” de entes dos governos e empresas comunicar que a referida acumulação de capital propulsora dessas alterações citadas possui a capacidade intrínseca de desenvolver a economia local e estadual.

CAPÍTULO III

MARANHÃO E A RECENTE PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO COM BASE EM RECURSOS NATURAIS

Durante as décadas de 1990 e 2000 ocorreram expressivas alterações na estrutura produtiva do Maranhão a destacar o avanço da participação relativa dos segmentos destinados à produção de *commodities* minerais e agrícolas.

Apesar das mudanças ocorridas no contexto institucional, político, econômico e social, a economia maranhense encontra-se inserida sob uma perspectiva formulada e propagandeada por órgãos governamentais e setor privado semelhante ao verificado na década de 1970 e 1980. Há intensa ação de convencimento público sobre a capacidade do modelo em curso de promover o desenvolvimento do estado.

Diante do referido contexto, é necessário compreender não somente as alterações verificadas na estrutura produtiva maranhense, mais o perfil dos investimentos em curso e as prováveis tendências no médio e longo prazo. O atual capítulo busca promover determinada sistematização desses investimentos, proporcionando uma leitura mais aprofundada do forte processo de acumulação de capital verificado no estado.

Qualificar a análise perpassa necessariamente por confrontar as ações de orientação e reorientação da economia; nível de vulnerabilidade; autonomia diante da divisão inter-regional e internacional do trabalho; capacidade junto escala nacional de promover avanço diante do quadro de miséria, pobreza e concentração de renda e riqueza que persiste a proporcionar ao Maranhão a condição de um dos estados mais imerso no subdesenvolvimento brasileiro.

Durante os últimos anos o Maranhão recebeu expressivos aportes de investimentos de diversas origens a considerar as inversões de capitais nacional, externo e do governo federal. O cenário recente propõe significativa alteração na economia maranhense e faz necessária a compreensão da atual dinâmica sob a ótica do desenvolvimento regional.

Há a necessidade de identificarmos a tendência de continuidade da orientação da economia estadual voltada para a exploração de recursos naturais, principalmente ao observarmos as características dos investimentos registrados na década de 1970 e 1980. Para tanto, o problema requer análise e compreensão histórica e consideração sobre os limites da atual proposta de desenvolvimento.

3.1. A obediente inserção regional: A condição maranhense e nordestina na especialização em produção de bens intermediários

A compreensão referente à condição da estrutura produtiva nordestina concentrada em produzir bens intermediários perpassa por condicionantes históricos fortemente influenciados por políticas sob um viés Estado-Nação a conduzir e projetar transformações na divisão inter-regional do trabalho.

O processo de integração econômica verificado no Brasil não buscou homogeneizar as estruturas produtivas das diversas regiões do país, ao Nordeste foi dispensada a orientação de sua economia para a especialização em produção de bens intermediários, em grande parte destinada a atender o mercado externo (ARAUJO, 2000, p. 06).

Compreender as alterações ocorridas na estrutura produtiva maranhense na década de 1970 e 1980 bem como mais recentemente, as ocorridas na década de 1990 e 2000, necessita a consideração junto à análise da dinâmica capitalista e sua orientação concentradora e excludente. “Ao mesmo tempo em que está permanentemente incorporando novos setores e esferas da vida econômica, o capital, em sua incessante acumulação, concentra e centraliza os meios de produção e de controle da vida social” (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 13).

A partir do referencial analítico observado, cabe a compreensão das mudanças ocorridas a sustentar o reordenamento do território maranhense e alterações em sua estrutura produtiva.

Após a identificação e caracterização não somente das intervenções, mais da tendência posta a guiar a orientação da economia nordestina e maranhense no médio prazo, há de levantar questionamentos e confrontos diante da integração comercial e produtiva do Nordeste.

O primeiro processo de integração da economia nordestina junto à economia nacional foi constituído por um viés comercial. A integração desses mercados iniciou ao final do século XIX até a primeira metade do século XX. A partir do final da década de 1960 há um segundo registro integração com um viés produtivo a conectar a região nordestina junto à estrutura produtiva nacional.

O segundo processo de integração promoveu mudanças a compreender o eixo produtivo da economia nordestina uma vez que durante o primeiro processo, essa se dedicava em grande medida a produção de bens de consumo não duráveis. A partir desse momento o

Nordeste passa a receber inversões, semelhante a outras regiões, a orientar sua economia para atividades predominantemente sustentadas por recursos naturais (ARAÚJO, 2000, p. 8).

É importante destacar o perfil da segunda intervenção realizada a partir da escala nacional junto às economias regionais e principalmente na economia nordestina. A conjuntura política era composta por governos militares ditatoriais a impor a nação os pilares para o avanço do modelo agroexportador, mudanças orientadas a atender os interesses do capital externo. Durante esse período foram realizadas pesquisas, incentivos e programas com o objetivo de promover o avanço da fronteira agrícola e estruturar as economias regionais com base na exploração dos recursos naturais.

A condição do Nordeste e do próprio Maranhão como produtor de bens intermediário e provedor de recursos naturais foi aprofundada na década de 1980, caracterizada por seu baixo desempenho econômico, e início dos anos 1990.

Diante das crises, instabilidade e retração da demanda a persistirem até a primeira metade dos anos 1990, o Nordeste passa a registrar significativa ampliação comercial junto ao mercado externo. O valor exportado principalmente pela economia maranhense evoluiu de US\$ 5,7 milhões em 1975 para US\$ 443 milhões em 1990. Estados como Piauí e Sergipe multiplicaram por cinco seu volume de negociações com o mercado internacional enquanto a Bahia e Ceará triplicaram. A margem da referida tendência apenas Alagoas e Sergipe registrou redução do valor exportado em 1990 ao confrontar com o desempenho de 1975 (ARAÚJO, 2000, p. 24).

Portanto é nítida a dinâmica verificada em escala nacional a condicionar e favorecer as economias nordestinas no sentido de reforçar sua especialização em produção de bens intermediários. Tal condição persiste e pode ser claramente verificada nos anos recentes principalmente na década de 2000.

Cabe destacar sobre a continuidade das intervenções do capital após os anos 1990 em reforçar a condição de especialização nordestina. No que diz respeito às ações do Estado, percebe-se mudança de atuação uma vez reduzida sua condição de agente promotor de intervenções diretas, a categoria de facilitador e promotor de atratividades seja no plano fiscal ou a partir do reordenamento dos espaços com o objetivo de facilitar a instalação do capital privado. Portanto durante a década de 1990 e 2000 há o recuo do Estado diante de ações diretas de investimento uma vez que os governos e seus órgãos de atuação passam a atuar

com base em incentivos fiscais, isenções e programas para garantir condições de infraestrutura e favorecer as inversões do capital.

Diante do respectivo cenário, nos últimos anos é notável a existência no Maranhão de um novo ciclo de grandes investimentos em sua maioria sustentados pela exploração dos recursos naturais e sob a tutela facilitadora dos governos federal e estadual.

Portanto é válido observar a tamanha confluência referente ao processo atual de acumulação de capital em comparação aos processos citados anteriormente, promovendo o fortalecimento da homogeneidade da economia estadual. O atual processo de reestruturação em curso sinaliza gerar poucos encadeamentos e resultar no que a literatura especializada chama de estrutura produtiva oca, com baixa capacidade de arrasto, débil complementaridade inter e intra-setorial, limitação para a incorporação de setores de ponta em bens duráveis e de capital, resultando em pouco evoluída divisão social do trabalho, débil rede urbana estadual e baixa promoção de inovações tecnológicas e inclusão social.

3.2. Questão regional maranhense: Apontamentos necessários para propostas de construção do desenvolvimento

A necessidade de levantar apontamentos sobre a economia maranhense se faz necessário para a elaboração de uma pauta baseada na “Questão Regional Maranhense”. A partir desse fundamento analítico é possível a formulação de um planejamento indispensável para a construção do desenvolvimento com base em políticas de Estado capaz de superar as transitórias políticas de governo.

As políticas para superar a questão regional maranhense, devem ser orientadas a partir do entendimento da condição periférica observada por Guimarães, no qual a economia brasileira foi inserida diante da economia capitalista mundial e da compreensão que a região Nordeste foi condicionada em maior ou menor grau a fatores regional ou intra-regional a uma situação de periferia nacional. O autor destaca que diante do processo de implantação da indústria pesada no governo Juscelino Kubitschek, a questão regional emerge principalmente no Nordeste a partir da compreensão que a região foi posta a margem do processo de industrialização e da percepção do gradativo aumento das desigualdades regionais (GUIMARÃES, 1997, p. 46).

Outro elemento norteador a contribuir para o estudo e busca constante da compreensão regional, em nosso caso principalmente a questão maranhense e nordestina, diz respeito em confrontar à tendência de “homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as “regiões”” (OLIVEIRA, 2008, p. 146).

Há de considerar para a análise da questão maranhense os impactos da organização da produção em determinadas regiões no estado, a proporcionar e projetar sua realidade social. Esse elemento possibilita denunciar o quanto é limitada às políticas para o desenvolvimento corriqueiramente implantadas por governos, organismos multilaterais e bancos de desenvolvimento. A partir do momento que essa evidência for estabelecida e apropriada de forma clara, ganhará forças ações de negação das atuais propostas em curso. Nesse contexto, a emergência da formulação da questão maranhense para o desenvolvimento possui capacidade de influenciar diretamente a forma de execução de políticas públicas.

Durante os anos recentes há o predomínio de intervenções orientadas a atender, sob um caráter seletivo, determinados setores dinâmicos da economia estadual. O enfoque regional passa a ser substituído por um viés setorial ao passo que transcorrendo a conjuntura sem crises o respectivo arranjo se limita apenas a impulsionar o nível de atividade econômica. Muitos dos setores com determinado nível de dinamismo na economia maranhense se mostram com elevado grau de sensibilidade a revés no plano do comércio internacional. Tais políticas para o desenvolvimento que favorece esses setores estão sustentadas por uma dinâmica capaz de promover crescimento, mas impotente para a promoção de mudanças estruturais que proporcione o desenvolvimento regional.

A compreensão sobre a escalada de investimentos verificados nos últimos anos no Maranhão deve ser sustentada por uma análise multiescalar a compreender o plano regional, nacional e internacional. Os aportes de significativo vulto de capitais verificados recentemente no Brasil, direcionados para áreas externas ao circuito dinâmico da economia nacional ou regional revelam o interesse por ganhos de produtividade média do capital. O guia para esse determinado ganho é o uso intensivo dos recursos naturais e a baixa remuneração do fator trabalho. Portanto é indispensável à consideração desses elementos junto aos apontamentos para a formulação da questão maranhense, principalmente no que diz respeito à necessidade de superação do baixo volume de massa salarial verificada no estado.

Portanto ao analisar os movimentos conjunturais da economia deve-se projetar um diálogo junto a sua estrutura econômica. Há diversos estudos e análises que se limitam apenas a considerar dados conjunturais da economia maranhense, a saber, estudos produzidos por governos, instituições, academias e corporações. Esses análises se limitam a compreender ou a orientar sobre a manutenção ou avanço da taxa anual de crescimento não implicando transformações estruturais que proporcionariam margem para o desenvolvimento estadual.

Diante desse contexto a considerar princípios analíticos, cabe ressaltar que a questão regional não pode tentar ser transformada a partir de ações antes exitosas em outras regiões ou países. Mesmo ações aplicadas na mesma região não possuem garantias que irá ter êxito sendo executadas em outro momento ou espaço.

Há em curso não somente no Maranhão mais em diversas regiões e unidades da federação, um modelo posto em prática considerado capaz de promover o desenvolvimento de forma pragmática, a destinar as regiões apenas a tarefa e condição de proporcionar a fixação do capital dinâmico aplicado de forma indiscriminada em diversos espaços e territórios.

Diante do referido cenário, há a necessidade de fortalecer a integração inter-regional a considerar maior integração logística guiada não apenas pelos interesses do mercado exportador, mais a contemplar o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas entre as diversas regiões do país.

A questão atual maranhense integra a considerar os vultosos investimentos realizados entre 2009 a 2014 e os previstos para o período 2014 a 2019, não podem ser compreendidos com consistência sem a devida conexão a considerar a importância estratégica junto escala nacional e internacional.

Portanto há a necessidade de análise constante e formulação da “questão regional maranhense” sustentada pelos apontamentos a serem levantados, a destacar além do caráter histórico a recente reestruturação produtiva verificada no estado, em conjunto com as intervenções realizadas em outros espaços e sua conexão em sustentar e promover a acumulação em escala global.

A qualificação da análise proposta, considera necessariamente importante o entendimento da atual condição do estado em prover recursos naturais, renováveis e não renováveis, aos centros dinâmicos da economia e sua respectiva função elementar para manter o nível de atividade dos núcleos demandantes. Tal condição de inserção secundária no circuito nacional e internacional, aclamando por grupos de interesses e corporações, está

distante de viabilizar e promover mudanças estruturais necessárias para o desenvolvimento do estado.

3.3. Necessidade da compreensão histórica das intervenções do Estado e do capital no Nordeste

Os fatos históricos sob leitura crítica são essenciais para a compreensão dos limites postos na atualidade, possui a capacidade de revelar interesses estratégicos e principalmente configurações hierárquicas.

Em meados da década de 1950 o Estado brasileiro explicitamente instituiu a partir da compreensão do problema Nordeste, a questão regional nordestina resultando em uma intervenção inicial com dois objetivos:

“Encobrir o antagonismo explorador x explorados no interior do Nordeste e dissolvê-lo na entidade região, buscando dessa forma transformar o que era (é) essencialmente oposição em unidade; segundo, deslocar o conflito para as relações entre frações dominantes regionais e frações hegemônicas nacionais, transformando o que era (é) essencialmente unidade em oposição” (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 23)

Os autores ainda destacam que a referida intervenção caracterizada como “salvadora” cominou com a criação da SUDENE uma vez que o Estado aclamado pelas classes dominantes nordestina, uma vez ameaçados pela ebulição do campo mobilizados por reforma agrária, passou a instituir modernos mecanismos de contensão e dominação social (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 24).

O processo de expansão do capital no Nordeste ocorreu de forma direcionada e determinada por significativa concentração setorial. O caráter da intervenção do Estado na região, principalmente no que diz respeito ao registrado na década de 1960, possui forte caracterização política a partir da composição hierárquica entre as escalas regionais.

Oliveira situa com clareza os condicionantes que levaram a incisiva de intervenção do Estado no Nordeste a partir da “corrosão da hegemonia ideológica das classes dominantes locais” conjuntamente com o avanço organizativo das forças populares constituído por trabalhadores urbanos, semicamponeses e camponeses. A partir desse movimento conflitante com os interesses de expansão do capitalismo monopolista no Centro-Sul é idealizado o

planejamento do Estado no Nordeste sustentado pela instituição da SUDENE (OLIVEIRA, 2008, p. 244 - 249).

Cabe destaque referente às primeiras ações da SUDENE logo em seus anos iniciais, no início da década de 1960, direcionadas a realização de estudos e pesquisas principalmente voltadas aos recursos naturais e a expansão da infraestrutura dos transportes e energia elétrica (ARAUJO, 2000, p. 4). Portanto conjuntamente com a necessidade de proporcionar estabilidade política, a SUDENE em seus anos iniciais, começou a preparação do espaço nordestino principalmente a viabilizar, com base em recursos naturais e infraestrutura, as condições necessárias para a posterior instalação do capital monopolista oriundo do centro dinâmico do país.

Diante da questão maranhense destacam-se os expressivos subsídios do governo às grandes empresas comerciais e agropecuárias buscando modernizá-las tecnologicamente e conseqüentemente gerar demanda pelos insumos produzidos no polo dinâmico do capitalismo brasileiro. Tais políticas foram executadas em sua maioria pela SUDAM E SUDENE via demarcação de terras, incentivos a grandes produtores com base em grandes áreas de fazendas (PAULA, MESQUITA, 2008, p. 9).

Ao final dos anos 1960 as intervenções resultam de mudanças compreendendo a perspectiva do planejamento regional. Sob o regime do segundo governo militar o planejamento regional sustentado a partir da região é substituído pelo planejamento com base na teoria dos polos guiados a favorecer o centro. Durante o início da década de 1970 as ações de intervenção realizadas pelo Estado no Nordeste, iniciadas na década anterior, apresentavam determinado desgaste, mas tinham executado com triunfo a tarefa de conter tensões no campo e promover a modernização subsidiada do capitalismo agrícola (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 24, 26).

Com o objetivo de integrar as ações para a ocupação da Amazônia e consolidar a estratégia para o desenvolvimento do Nordeste é criado nos anos 1970 o Programa de Integração Nacional – PIN. A partir da respectiva orientação há a formulação de diversos programas, em detrimento da questão regional. Os espaços que abrigaram o planejamento territorial se tornaram contraditoriamente, por se tratar de um programa de integração, mais fragmentados do que a condição anterior. Diante de intensa intervenção do Estado constituída por uma segmentação simultânea os autores caracterizam esse período como a “era dos enclaves” (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 26, 28).

Após o avanço de intervenções do Estado a promover mudanças nos territórios e regiões, via instituição de Grandes Projetos de Investimento – GPI resultando em um processo de nova regionalização dos espaços (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 30), o Maranhão é integrado à referida política nacional e recebe diversos investimentos estruturantes a exemplo da Ferrovia Carajás, Porto do Itaqui, Polo Guseiro em Açailândia e Alcoa em São Luís.

O respectivo conjunto de intervenções realizado em todo o espaço nordestino a partir da década de 1970 até 1990 resultou no avanço da heterogeneidade diante da economia regional, constituindo “focos modernos convivendo ou não com estruturas econômicas tradicionais” a “definir diferentes trajetórias nas dinâmicas econômicas locais” (ARAUJO, 2000, p. 17).

No caso maranhense os investimentos estruturantes citados anteriormente proporcionaram dinamismo à região da grande São Luís e Oeste do Maranhão, principalmente nos municípios de Açailândia e Imperatriz. Até os dias de hoje é marcante a grande discrepância a compreender determinado conjunto de municípios localizados na região central e Norte do estado. Muitas cidades são marcadas por suas economias estagnadas, agricultura de subsistência e registro frequente de expulsão de parte da população para os centros de maior dinamismo.

Os grandes projetos de investimento – GPI observados anteriormente, além de condicionar a economia no sentido da especialização em recursos naturais e produção de bens intermediários, possuem um agravante identificado pela capacidade e prática de cooptar o planejamento local/regional. Algumas regiões transferem toda a sua autonomia de planejamento para as grandes corporações. Tal dinâmica implica na constituição de planejamento setorial fortemente orientado a atender condicionantes da cooperação proponente (VAINER, ARAUJO, 1992, p. 31).

Portando se observa o registro contínuo das intervenções do Estado a partir de ações que não propuseram rupturas a histórica condição subdesenvolvida nordestina. Há pelo contrário, ações orientadas a aprofundar e fortalecer os condicionantes históricos de complementaridade diante da escala nacional e internacional.

3.4. Reorientação produtiva e reorganização do espaço: Busca incessante para atender o mercado externo

Os anos oitenta no Maranhão foram marcados pelo avanço do segmento produtor de grãos, sobretudo soja, no sul e nordeste do estado. Outros segmentos que receberam grande incentivo para expansão nessa década diz respeito a siderurgia e atividades relacionadas a logística mineradora, principalmente a partir da crescente necessidade em obter divisas a fim de amenizar o déficit da balança comercial e fazer frente aos serviços dos passivos externos.

As décadas de 1990 e 2000 são caracterizadas pela continuidade do avanço do setor agrícola principalmente devido ao aumento da produção de soja. A região sul do estado se viu inserida sob uma dinâmica de produção similar aos principais polos produtores de soja com destino a exportação. Desde então o estado alcançou significativa participação na produção nordestina de grãos em conjunto com Bahia e Piauí. Mais recentemente há a inserção do estado do Tocantins, localizado na região Norte a integrar a recente fronteira agrícola constituída por quatro estados: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, cuja região é conhecida como MAPITOBA.

Diante do referido cenário a contribuir fortemente para a expansão da produção de grãos, em 2010 é iniciada a operação do primeiro trecho da Ferrovia Norte Sul – FNS ligando o município de Açailândia Maranhão a Palmas Tocantins composto por uma extensão de 720 Km e operado via subconcessão pela empresa Vale S.A⁴. O respectivo trecho percorre o Oeste do estado do Maranhão e atende principalmente o escoamento da produção de grãos do sul do estado.

A Ferrovia Norte-Sul se conecta a Estrada de Ferro Carajás no município de Açailândia e proporciona o escoamento dos grãos via Complexo Portuário do Itaqui em São Luís. Há o planejamento e estudos concluídos de viabilidade técnica, econômica e ambiental dedicados a construção de um ramal com extensão de 620 km a partir da FNS ligando o município de Estreito – MA, Balsas – MA e Eliseu Martins – PI. É importante observar que

⁴ A empresa Vale arrematou em 2007 a subconcessão do primeiro trecho da Ferrovia Norte Sul – FNS a ser explorado comercialmente pelo prazo de 30 anos por R\$ 1,478 bilhões. A ferrovia percorre os municípios maranhenses de Açailândia, Imperatriz, Governador Edson Lobão, Ribamar Fiquene, Porto Franco e Estreito. Em 2010 a Vale assinou contrato com a Bunge objetivando escoar a produção de até 200 milhões de litros de álcool por ano produzidos no município de Pedro Afonso – TO via FNS e Estrada de Ferro Carajás – EFC com destino ao Porto de Itaqui em São Luís – MA. A usina possui o capital integrado de 80% pela estadunidense Bunge e 20% pela nipônica Itochu.

os dois últimos municípios são o centro das maiores regiões produtoras de soja do Meio-Norte caracterizado pela frente de expansão no cerrado maranhense e piauiense.

As intervenções em infraestrutura ferroviária verificadas no Maranhão nos últimos anos integram o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLТ lançado em 2012 pelo governo federal com o objetivo de ampliar e modernizar a malha rodoviária e ferroviária do país. Destaca-se a semelhança verificada diante dos investimentos a serem realizados em outras unidades da federação a proporcionar logística objetivando atender o mercado exportador de grãos.

A construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOЛ a ligar o Porto de Ilhéus – BA a Ferrovia Norte Sul no município de Figueirópolis – TO é outro exemplo claro de intervenção do Estado orientado a atender predominantemente o setor agroexportador de grãos. A referida ferrovia irá novamente cruzar um determinado centro regional de produção de soja localizado em Barreiras – BA. Outra condição semelhante diz respeito à construção do trecho da Ferrovia Transcontinental uma vez que essa irá ligar o centro regional de produção de soja matogrossense localizado no município Lucas do Rio Verde – MT a Ferrovia Norte Sul no município de Campina Norte – GO. Portanto a partir dos poucos exemplos citados percebe-se claramente o quanto a infraestrutura não somente maranhense mais nacional está sendo moldada predominantemente a atender os núcleos voltados para a agroexportação.

Não há a proposta no presente trabalho de realizar uma análise detalhada do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLТ e sua orientação principalmente a viabilizar a exportação de *commodities*. Busca-se apenas destacar o quanto a reorientação do espaço maranhense está em sintonia com ações em escala nacional, a compor uma frente capaz de condicionar as estruturas produtivas sob uma ótica setorial e promover especialização produtiva orientada a atender o mercado externo.

Atualmente há em curso no Maranhão um novo bloco de intervenções a serem realizado na década de 2010 a atender o setor minero-siderúrgico, em conjunto com as ações realizadas no estado do Pará, onde se localiza o complexo de minas da Vale destinadas a exploração principalmente de minério de ferro. Há em curso a expansão da estrutura minero-siderúrgica compreendida pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás, investimentos no polo siderúrgico de Açailândia e ampliação do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – TPM operado pela companhia Vale.

O atual processo de modernização verificado no estado possui dentre a gama de investimentos, a expansão do Complexo Portuário de Itaqui com o objetivo de proporcionar maior capacidade de embarque de minério e grãos e conseqüentemente aumentando o volume de movimentação de cargas. O respectivo conjunto modernizante é impulsionado em grande medida via o projeto da nova mina S11D da companhia Vale, a partir da implantação do complexo mina e usina, localizado no município de Canaã dos Carajás – PA. Outro condicionante que impulsiona a referida modernização diz respeito ao avanço da soja principalmente na região Norte e Nordeste e da intensa dinâmica de produção verificada na região Centro Oeste.

Portanto destaca-se o registro, década após década, de fluxos de inversões a promover intensa modificação do espaço maranhense sem qualquer intenção ou capacidade de promover rupturas diante da dinâmica produtiva instalada no estado. É importante deixar claro a continuação do contraditório conjunto de ações realizada pela SUDENE, SUDAM, Banco do Nordeste e BNDES a proporcionar sustentação das respectivas intervenções sob a justificativa de promover o desenvolvimento.

3.5. Proposta de desenvolvimento com base em recursos naturais: Contradições, dependência e vulnerabilidade no Maranhão

O Maranhão registrou a partir de 2009 a intensificação do volume de investimentos além de sustentar atualmente uma tendência contínua de inversões programadas até 2019. Considerando o período citado, o volume total dos investimentos situa-se em torno de R\$ 112,8 bilhões o equivalente a 216% do PIB maranhense observado em 2011.

A partir do balanço do total referente às inversões realizadas, investimentos em curso e projetados a considerar o intervalo 2009 – 2019, destaca-se a significativa concentração direcionada a indústria do petróleo ao passo que o referido segmento é responsável por 38,03% (Tabela 3.1). Outro segmento a desempenhar determinada expressão diz respeito à modernização e ampliação da infraestrutura logística do estado responsável por 32,15% dos investimentos. O segmento de energia possui o terceiro lugar devido a relativa situada em 13,61% do volume estimado. Dando continuidade e fortalecendo a inclinação do Maranhão para a produção siderúrgica e de alumínio, os dois segmentos são responsáveis pela participação de 6,00 % e 4,68% respectivamente.

Portanto as ações de acumulação de capital registradas no estado do Maranhão entre 2009 – 2014 e as projetadas para o período entre 2014 – 2019 possui significativa característica concentradora uma vez que apenas seis segmentos são responsáveis por 98,02% dos investimentos a compreender atividades de petróleo e gás, logística, energia, papel e celulose, siderurgia e alumínio.

Outra caracterização que cabe destaque e passível de preocupação por parte do Governo do Estado do Maranhão, superintendências para o desenvolvimento, bancos de desenvolvimento e governo central, diz respeito à capacidade limitada desses segmentos concentradores de investimentos em fomentar mudanças no sentido do desenvolvimento. Há a necessidade de reconhecer o caráter limitado dos respectivos segmentos em promover encadeamentos para trás e para frente por se tratarem principalmente de atividades produtivas sustentadas por *commodities* e orientadas a atender o mercado externo.

A (Tabela 3.1) busca destacar os setores responsáveis pelos investimentos no período em análise e sua respectiva participação. Após a tabela segue breve sistematização das inversões realizadas, investimentos em curso e projetados atribuídos ao período em estudo.

Tabela 3.1
Maranhão
Investimentos Realizados, em Curso e Previstos no Estado do Maranhão
2009 – 2019. Participação por segmento em %

Segmento	%
Petróleo e Gás	38,03
Logística e Infraestrutura	32,15
Energia	13,61
Siderurgia	6,00
Alumínio	4,68
Papel e Celulose	3,55
Mineração	0,88
Sucroalcooleiro	0,53
Agroindústria	0,28
Produção de Cimento	0,17
Bebidas	0,11
Alimentos	0,01

Total	100,00
--------------	---------------

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC 2013. Nota: O volume do investimento a ser destinado a Refinaria Premium I foi atualizado, inserido a obra da Ferrovia Norte Sul – FNS entre Açailândia – MA a Palmas – TO. Inseridos os trechos de ferrovias planejadas entre Açailândia – MA e Porto de Vila do Conde – PA e a partir do Estreito – MA a Eliseu Martins – PI. Considerado o Projeto Capacitação Logística Norte CLN – da companhia Vale.

Petróleo e Gás

O segmento de petróleo e gás é o de maior expressão e representa (38,03%) do volume de recursos direcionados e projetados no período. O aporte de R\$ 42,9 bilhões destina-se a exploração da nova fronteira petrolífera brasileira, como são atualmente conhecidas as bacias sedimentares do Maranhão, Piauí e Pará; a impulsionar a produção de gás na bacia de Parnaíba localizada em grande parte sob o espaço maranhense e viabilizar a produção de petróleo nas bacias de Barreirinhas e Pará – Maranhão.

O segmento de petróleo e gás maranhense possui característica emergente impulsionado após significantes descobertas de gás natural na bacia de Parnaíba e indícios de petróleo na bacia de Barreirinhas e bacia Pará – Maranhão. Os investimentos realizados no estado na condição de exploração de gás e petróleo sejam em terra ou no mar, buscam viabilizar uma futura produção petrolífera com base em perfurações e levantamento sísmico.

A bacia de Barreirinhas possui seis blocos concedidos via rodadas de leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP em fase de exploração pela Petrobras, ONGC Campos e BP Energy. A bacia Pará – Maranhão possui onze blocos exploratórios concedidos a Petrobras, a chinesa Sinopec, Vale, Ecopetrol Óleo e Gás e Ogar (ANP, 2013, p. 51, 53). Apesar da intensa atividade de pesquisa e frequentes negociações de compra e venda de participações nos blocos, essas duas bacias ainda não registraram, com base no anuário da ANP 2013, produção petrolífera.

A bacia de maior expressão diz respeito a Parnaíba, localizada sob o espaço dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. As reservas totais de gás natural do estado do Maranhão em 2012 correspondiam a 29,7 bilhões de m³ o equivalente a 3,23% do total das reservas no Brasil. Em relação às reservas provadas no mesmo ano o volume correspondia a 7,2 bilhões de m³ de gás natural o equivalente a 1,59% do total das reservas (ANP, 2013, p. 67, 68).

O início da produção de gás natural na bacia de Parnaíba ocorreu em fevereiro de 2013 a partir de três campos de produção integrados a geração de energia, hoje operados pela

Eneva e Petra energia. No que diz respeito ao processo de perfurações exploratórias e levantamento sísmico na busca por petróleo e gás natural na bacia de Parnaíba, em 2012 os registros de atividade exploratória foram conduzidos em dez blocos pelas companhias Petrobras, Eneva, Imetame, Orteng, Delp, BP Energy, Petra Energia e Vale (ANP, 2013, p. 53).

O maior investimento a ser realizado no estado no período em análise diz respeito à refinaria Premium I em fase de construção no município de Bacabeira a 60 Km da capital São Luís. A refinaria projetada com potencial de refino de 600 mil barris de petróleo por dia será a maior do país orçada em R\$ 40,9 bilhões.

O projeto de construção da Refinaria Premium I no Maranhão integra um conjunto de ações da Petrobras em ampliar a capacidade brasileira em refino de petróleo. Compõem a estratégia de expansão da companhia além da refinaria Premium I o Complexo Petroquímico do Rio (Comperj) com capacidade de refino de 165 mil barris por dia localizada no município de Itaboraí – RJ, a refinaria Premium II com capacidade de refino de 300 mil barris por dia localizada no município de Caucaia – CE, área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a Refinaria Abreu e Lima com capacidade de refino de 230 mil barris por dia localizada no município de Ipojuca-PE, Porto de Suape.

Por fim, a produção da refinaria Premium I em construção no Maranhão, segundo a Petrobras, se destinará ao óleo diesel, querosene de aviação (QAV), nafta petroquímica, GLP (gás de cozinha), bunker (combustível para navios) e coque destinados a atender o mercado nacional.

Logística

Os investimentos em logística sustentam a segunda posição diante do volume total de inversões a serem realizados entre 2009 a 2019 compreendendo uma participação relativa da ordem de 32,15%. As principais intervenções se concentram na expansão da malha ferroviária no estado e aumento da capacidade de movimentação de cargas do Complexo Portuário do Itaqui.

O sistema ferroviário maranhense é composto por 1.342 km de ferrovias a compreender 668 km referentes à Estrada de Ferro Carajás, 215 km integrando a Ferrovia Norte Sul e 459 km associados à Ferrovia Transnordestina – TLSA (BNB, 2010, p. 6). As intervenções direcionadas a expansão do transporte ferroviário maranhense buscam

claramente atender predominantemente a interesses em promover maior integração logística e expansão da capacidade de transporte de cargas, integrada com diversas ações realizadas em outros estados principalmente com o objetivo de impulsionar a movimentação de *commodities*.

Um dos maiores investimentos do segmento diz respeito à ampliação da capacidade de carga da Estrada de Ferro Carajás – EFC operada pela companhia Vale a partir da modernização e duplicação de aproximadamente 559 km de ferrovia. A ampliação e modernização da EFC integram o Programa Capacitação Logística Norte – CLN S11D compreendido, além das ações na EFC, pela construção de um ramal ferroviário de 100 km no estado do Pará, expansão do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – TMPM em São Luís, e construção do Píer IV no mesmo terminal. O programa CLN S11D orçado em R\$ 23,4 bilhões busca viabilizar o escoamento da produção de minério de ferro da maior mina da companhia Vale denominado projeto Carajás Serra Sul S11D orçado em R\$ 16,2 bilhões e previsto para entrar em operação no segundo semestre de 2016.

A ampliação e modernização da EFC incorpora obras em 27 cidades que abrigam a ferrovia, quatro no estado do Pará e vinte e três no estado do Maranhão. A Estrada de Ferro Carajás – EFC possui 892 km a conduzir principalmente o minério de ferro da província mineral localizada na serra de Carajás – PA ao Terminal Marítimo Ponta da Madeira – TMPM em São Luís – MA. O investimento da ferrovia objetiva ampliar a capacidade de transporte de carga de 130 milhões de toneladas por ano (Mtpa) para 230 milhões de toneladas por ano (Mtpa).

Em sintonia com a ampliação da EFC encontra-se a expansão do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – TMPM em São Luís. Inaugurado em o 1986 o TMPM ampliará sua capacidade de embarque de 150 milhões de toneladas por ano (Mtpa) para 230 milhões de toneladas por ano (Mtpa) principalmente para atender o novo projeto S11D da companhia Vale. Cabe destaque ao financiamento realizado pelo BNDES destinado a atender os empreendimentos Carajás Serra Sul S11D e CLN S11D em setembro de 2012 no valor de R\$ 3,8 bilhões e em março de 2014 no valor de R\$ 6,2 bilhões.

Outro grande investimento voltado para o transporte ferroviário diz respeito ao trecho da Ferrovia Norte Sul – FNS a partir do município de Açailândia – MA a Palmas – TO. A obra integra a carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC orçado em R\$ 1,7 bilhão. O trecho de 719 km atende principalmente a região Centro Norte do

Brasil proporcionando o transporte de grãos, carne, açúcar, milho, etanol, soja, farelo de soja, óleo, fertilizante e combustível. A obra concluída em dezembro de 2010 é parte da FNS que objetiva integrar o transporte de cargas a partir do estado do Pará ao estado do Rio Grande do Sul.

Outros dois investimentos projetados e em fase de estudos e licenciamento a integrar a expansão ferroviária observada no estado refere-se à construção do ramal EF-232 com o objetivo de conectar a FNS a Ferrovia Transnordestina – TLSA a partir da cidade maranhense de Estreito ao município de Eliseu Martins – PI. A respectiva integração permitirá o acesso alternativo da produção aos portos de Suape – PE e Pacém – CE. O segundo projeto, em fase de elaboração, destina-se ao prolongamento da FNS a partir de município de Açailândia – MA ao Porto de Vila do Conde localizado no município de Barcarena – PA. O projeto orçado em R\$ 3,7 bilhões compreende 497 km e integra as ações destinada a ampliação da logística via Programa de Investimentos em Logística – PIL lançado pelo governo federal em agosto de 2012. O PIL objetiva investir no setor ferroviário R\$ 99,6 bilhões em construção e modernização da malha ferroviária brasileira.

Energia

O segmento de energia diante do volume de investimentos está posicionado em terceiro lugar a compreender 13,61% de participação relativa diante das inversões. Nos últimos anos há o registro de significativa reestruturação e ampliação do sistema energético maranhense. As alterações foram direcionadas a implantação de novas unidades geradoras de energia, novas subestações e ampliação da rede de distribuição. A capacidade de geração de energia no estado registrou significativo salto principalmente a partir do início das operações do Complexo Termoelétrico Parnaíba. A geração termoelétrica possui significativa participação relativa a compreender 56,35% (Tabela 3.1) do total da energia produzida no Maranhão em 2014.

Tabela 3.2
Maranhão
Capacidade de Geração de Energia Elétrica - 2014

Característica da Geração	Potência (KW)	Participação (%)
Eólica	25,10	0,0008
Fotovoltaica	51,93	0,0017

Hidrelétrica	1.324.300,00	43,6444
Termoelétrica	1.709.915,80	56,3530
Potência Total	3.034.292,83	100,0000

Fonte: Banco de Informações de Geração – BIG, ANEEL, 2014.

A produção de gás natural na bacia de Parnaíba integra de forma complementar a operação do Complexo Termoelétrico Parnaíba com capacidade de geração de 3.722 MW. A energia produzida pelo complexo é destinada ao Sistema Interligado Nacional – SIN, rede que interliga diversas empresas produtoras de energia e administrado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O complexo localizado no município de Santo Antônio dos Lopes é composto por quatro unidades termoelétricas sustentadas via o consumo médio de gás natural em torno de 6 milhões de metros cúbicos por dia.

Outro empreendimento a proporcionar expansão da capacidade de produção de energia no estado diz respeito à implantação da Usina Termoelétrica Itaqui – UTE Itaqui. A usina integra um conjunto de novas unidades geradoras de energia elétrica no estado. Instalada no distrito industrial na cidade de São Luís a UTE possui capacidade para produzir 360 MW a partir do consumo de carvão mineral. A obra orçada em R\$ 1,5 bilhões recebeu R\$ 128,5 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A UTE Itaqui entrou em operação comercial em março de 2013 estruturada em uma linha de produção com base no carvão mineral importado da Colômbia e desembarcado no Porto do Itaqui. Cabe destacar a intervenção no espaço destinada a viabilizar a implantação da termoelétrica a partir da remoção de 96 famílias e reassentadas no município de Paço do Lumiar distante a 17 km.

Há a necessidade de observar o projeto de instalação de um parque eólico nos municípios de Tutóia e Paulino Neves destinado a aproveitar a ação dos ventos no litoral maranhense e conseqüentemente ampliar a base de produção de energia no estado. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL outorgou a instalação de 15 unidades geradoras com capacidade para gerar 432.500 KW de energia. Todo o projeto tem como objetivo gerar 1440 MW e integra a atual política de ampliação e diversificação da matriz energética nacional. A energia a ser gerada irá ser destinada a subestação de Miranda II da Eletronorte a 240 Km da unidade geradora e inserida no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Dentre os empreendimentos a compor o segmento de energia encontra-se o projeto de implantação de uma fábrica para a produção de *pellets* a partir de eucalipto no município de Chapadinha. A companhia responsável pelo empreendimento apesar de não ter iniciado as

obras da unidade operacional, realizou significantes intervenções no município e região a partir da aquisição de grandes áreas destinadas a formação da base florestal composta pela monocultura do eucalipto a ser destinado a alimentar a linha de produção.

A fabricação de *pellets* consiste na produção de pequenos fragmentos de madeira moída e prensada, devido o seu alto potencial calorífero em conjunto sua com baixa densidade, destina-se principalmente a atender a demanda de termoelétricas.

O conjunto de intervenções realizadas no município de Chapadinha está em sintonia com a recente dinâmica do mercado mundial de biomassa, impulsionada em atender a demanda crescente de países como Portugal, Holanda, Bélgica, Itália, Dinamarca e Reino Unido. A União Europeia se destaca como o principal mercado crescente a demandar *pellets* principalmente a partir do estabelecimento da meta para 2020 de pelo menos 20% do consumo total de energia ser oriunda de biomassa considerada como fontes renováveis (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

A partir da observação do plano da modernização e ampliação da capacidade do sistema elétrico maranhense, há o registro nos últimos anos de significantes investimentos realizados pela Companhia Energética do Maranhão – CEMAR controlada pela *holding* Equatorial Energia. Percebe-se que as ações da companhia foram sustentadas, em grande modo, via financiamentos adquiridos junto ao BNDES a exemplo de R\$ 293 milhões obtidos entre 2010 a 2011 (EQUATORIAL, 2012, p. 7) destinados ao Plano de Investimento 2010 – 2011 e R\$ 516 milhões, obtidos em dezembro de 2012, destinados a viabilizar o Plano de Investimento 2012 – 2014 (EQUATORIAL, 2014, p. 9).

A companhia além de direcionar investimentos voltados para o aumento da capacidade de transporte e carga do sistema estadual realizou significantes intervenções sustentadas pelo Programa Luz para Todos – PLPT lançado em 2003 pelo governo federal. Entre 2009 a 2011 foram investidos via PLPT no estado o equivale a R\$ 556,5 milhões. Em dezembro de 2011 PLPT atingiu, desde a sua implantação no estado em 2005, o número de 300.988 novas famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica (CEMAR, 2012, p. 28, 56).

Siderurgia

Responsável por 6% do volume de investimentos realizados e previstos para o período 2009 – 2019, o segmento registrou intervenções no sentido de aumentar o valor agregado realizado na cadeia do ferro e aço no estado. Os investimentos se direcionaram ao distrito

industrial de São Luís e ao polo siderúrgico de Açailândia. Em fase de projeto, a cidade Bacabeira irá receber além da Refinaria Premium I e o Terminal Portuário do Mearim, a Companhia Siderúrgica do Mearim.

Em São Luís há a instalação de uma indústria de aços planos com capacidade inicial para produzir até 240 mil toneladas por ano. A companhia tem como objetivo atender à crescente demanda por aço e seus derivados nas regiões Norte e Nordeste.

O segundo investimento direcionado ao segmento siderúrgico encontra-se em fase de implantação no polo guseiro de Açailândia no Distrito Industrial de Pequiá. A aciaria irá produzir 500 mil toneladas anuais de tarugos de aço (semi-acabado utilizado como matéria prima para a laminação de aços longos) e posteriormente, após a implantação da segunda etapa do projeto de investimento, irá produzir laminados de aço nas formas de vergalhões e fio.

O terceiro projeto do segmento siderúrgico diz respeito à implantação da Companhia Siderúrgica do Mearim no município de Bacabeira com capacidade produtiva de 10 milhões de toneladas de placas de aço por ano. Durante a primeira fase a fábrica terá capacidade produtiva de 3,7 milhões de toneladas de placas ao ano. O objetivo é direcionar a produção para os semi-acabados planos e atender a demanda nos mercados europeu, americano e asiático.

Alumínio

Sob a condição de um dos maiores polos produtores de alumínio do mundo o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar integrado pela companhia estadunidense Alcoa (54%), pela anglo-australiana BHP Billiton (36%) e pela canadense Rio Tinto Alcan (10%) instalada em São Luís desde 1984 possui sua produção dedicada ao alumínio e alumina (substância extraída da bauxita que constitui a principal matéria prima para a produção de alumínio). Após ter investido R\$ 5,2 bilhões em dezembro de 2009 a unidade expandiu sua estrutura elevando sua capacidade de produção anual de alumina de 1,5 milhões de toneladas para 3,5 milhões de toneladas. Atualmente a unidade de redução possui a capacidade de produzir 445 mil toneladas de alumínio por ano.

A companhia demanda bauxita metalúrgica explorada por empresas mineradoras situadas no estado do Pará e desembarcada em seu porto particular em São Luís. A matéria

prima é enviada a capital maranhense via Porto de Trombetas – PA; Vila do Conde – PA ou a partir da mina da própria Alcoa localizada em Juriti – PA.

Cabe destaque referente à característica da cadeia da indústria de alumínio, uma vez que a mesma é eletro intensiva, responsável por significativa quantidade de energia elétrica destinada ao processo produtivo. Em média 89,5% da energia consumida pelo segmento são destinadas a produção do alumínio primário. A produção de alumina e mineração corresponde por 10,5% da energia demanda pela indústria (MME, 2009, p. 3). No Brasil os gastos com energia representam 29% do custo de produção da indústria de alumínio e a respectiva demanda é responsável pelo consumo de 6% da energia produzida no país (Cardoso *et al.*, 2011, p. 49).

Devido à significativa participação do insumo energia elétrica na indústria de alumínio e a necessidade constante de manter níveis competitivos de produtividade diante do comércio internacional, há no setor constante movimentação e arranjos com o objetivo de adquirir participações em unidades geradoras de energia principalmente hidrelétricas.

Diante do respectivo cenário observa-se que a Alcoa, controladora da Alumar, integra o Consórcio Estreito Energia – Ceste. O respectivo consórcio é proprietário da concessão da Usina Hidrelétrica Estreito – UHE Estreito localizada no rio Tocantins entre os estados do Maranhão e Tocantins e constituído além da participação de 25,49% da Alcoa pela francesa GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%); Vale (30%) e Intercement (4,44%). Além da participação no Consórcio Estreito Energia a companhia atualmente possui participação nas hidrelétricas de Machadinho 25,74% e Barra Grande 42,2% ambas localizadas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Serra do Facão 34,97% no estado de Goiás.

Contribuindo no sentido de promover a inserção de elo “para frente” relacionado à indústria de alumínio, em São Luís no ano de 2011 deu início a atividade industrial orçada em torno de R\$ 80 milhões destinados a produção de fios e cabos de alumínio. A unidade da companhia paulista Brascooper objetiva aproveitar parte do fluxo de oferta existente a partir da produção de alumínio da Alumar e direcionar sua produção a atender o mercado do Nordeste e Norte.

Papel e Celulose

Dando continuidade a mesma caracterização dos investimentos anteriormente citados, a implantação da fábrica de papel e celulose no município de Imperatriz contribuiu para

fortalecer o direcionamento do estado na condição de provedor de *commodities*, a partir da produção de celulose de mercado com o objetivo em atender as indústrias de papel localizadas no exterior.

A fábrica de celulose iniciou suas atividades em dezembro de 2013 com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano e idealizada a partir de R\$ 4,8 bilhões de investimento. O objetivo atual da unidade é destinar sua produção principalmente aos mercados norte americano e europeu. Cabe destaque a ação realizada pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no sentido de viabilizar o empreendimento ao financiar R\$ 2,7 bilhões a companhia (BNDES, 2012, p. 184). Além dos investimentos direcionados a construção da fábrica, a companhia produtora de papel e celulose investiu R\$ 1,1 bilhão na região Oeste do Maranhão e Norte do Tocantins destinado à formação da base florestal, sustentada pela monocultura de eucalipto e direcionada a suprir a produção de celulose da unidade. Para atender a demanda por eucalipto da unidade produtiva de celulose será necessário ocupar uma área de 120.000 ha nos estados do Maranhão e Tocantins distribuídos por 44 municípios da região (SUZANO, 2011, p. 5, 6).

Mineração, Cimento, Agroindústria, Sucroalcooleiro, Alimentos e Bebidas

O recente processo de acumulação de capital verificado no Maranhão pode ser caracterizado como não diversificado, ao passo que, seis segmentos são responsáveis por 98% das inversões.

Apesar da referida concentração ser composta por segmentos distintos, ao caracterizá-los constata-se elementos em comum a partir da condição de produtores de bens intermediários, produção orientada a atender o mercado externo (gerando conseqüente vulnerabilidade), grande demandantes de recursos naturais, produção constituída por *commodities* e responsáveis por intervenção nos espaços a promover significativo passivo ambiental e social.

Os segmentos mineração, cimento, agroindústria, sucroalcooleiro, alimentos e bebidas representam menor peso relativo a compreender 1,98% diante do volume de investimentos no período 2009 – 2019. Alguns desses segmentos possuem limitações em impulsionar o desenvolvimento maranhense, a exemplo do bloco responsável pelo maior volume de investimentos com exceção os segmentos de alimentos, bebidas e relativamente à indústria de cimento.

Mineração

O estado do Maranhão além de despontar nos últimos anos como uma fronteira petrolífera pode também ser caracterizado como uma fronteira mineral em forte evidencia composta por um horizonte, assim como o petrolífero, amplo de novas descobertas e atração de projetos destinados a exploração dos recursos minerais.

As recentes ocorrências de ouro e registro de depósitos estão concentradas em uma área denominada Cinturão Gurupi, no noroeste do estado do Maranhão, principalmente nos municípios de Godofredo Viana, Cândido Mendes, Luís Domingues, Centro Novo do Maranhão e Centro do Guilherme (BANDEIRA, 2013, p.98). A região que há décadas é minerada por garimpeiros com base em baixa tecnologia e pequena escala de produção recebeu nos últimos anos inversões da ordem de R\$ 400 milhões e possui novos projetos estimados em R\$ 590 milhões. Os estudos realizados na região foram desenvolvidos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. A região foi selecionada devido o seu grande potencial aurífero a integrar o Programa Geologia do Brasil (KLEIN, 2008, p. 15).

Dentre os municípios a receber investimentos em pesquisa e exploração de ouro localizados no Cinturão Gurupi encontra-se a cidade de Godofredo Viana a abrigar as operações realizadas pela canadense Luna Gold cuja produção em 2013 foi o equivalente a 2,1 toneladas de ouro. As metas da companhia em sua primeira etapa operacional na região é produzir 3,8 toneladas de ouro por ano e durante a segunda etapa do empreendimento alcançar um volume de produção equivalente a 8,5 toneladas de ouro por ano. Cabe destacar que foi concedido através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE a respectiva companhia incentivos fiscais por um período de dez anos a partir de janeiro de 2012 que implicam em redução de 75% sobre imposto de renda referente aos lucros auferidos.

Os dados publicados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral indicam a intensidade da exploração de ouro no município de Godofredo Viana. Com base na divulgação da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, calculada a partir do faturamento líquido, não contabilizando os tributos, despesas com transporte e seguros que integra a comercialização, a arrecadação total da CFEM referente ao município de Godofredo Viana saltou de R\$ 91 mil em 2010 para R\$ 1,69 milhão em 2013 (DNPM, 2014). As alíquotas por substância explorada variam entre 0,2 a 3,0% sobre o faturamento líquido declarado pelas empresas. Ao considerar a exploração de ouro o

percentual de contribuição estabelecido é de 1%. Vale destacar que o destino da arrecadação segue a seguinte distribuição: 65% para o município, 23% para o estado e 12% para a União.

Centro Novo do Maranhão é outro município a integrar o conjunto de ações realizadas pelas companhias mineradoras a viabilizar a produção aurífera maranhense. A companhia canadense Jaguar Minig projeta investir R\$ 300 milhões na região com o objetivo de produzir 4,6 toneladas de ouro por ano a partir de exploração de minas a céu aberto.

As ações realizadas pela a companhia canadense Jaguar Minig em Centro Novo do Maranhão são realizadas via a sua subsidiária MCT Mineração que detém os direitos minerários de operação na região. Ao final de 2011 a MCT Mineração obteve aprovação junto ao departamento de incentivos e atração de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, o volume de R\$ 234,5 milhões destinados extração de minérios e metais preciosos.

O planejamento da companhia mineradora tem como objetivo realizar intervenções em uma área de 151 hectares e considera necessário a remoção de famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e seu posterior reassentamento em uma vila já construída pela empresa. O projeto foi suspenso em 2013 pela justiça federal devido a irregularidades encontradas diante da intenção de remover as famílias assentadas pelo INCRA e também devido a irregularidades encontradas no licenciamento ambiental concedido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA.

Outro empreendimento destinado à exploração de ouro no Cinturão Gurupi localizado no município Centro do Guilherme diz respeito ao projeto de pesquisa iniciado em 2010 pela empresa canadense Brazil Resources – IRC. A companhia possui licença Junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM para realizar pesquisa destinada a exploração de ouro na fazenda Montes Áureo a compreender uma área de 2000 hectares.

Cimento

No que diz respeito à dinâmica da indústria de cimento maranhense, o segmento opera com significativa vantagem referente à superioridade da demanda diante da limitada oferta do bem produzido no estado. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC, o estado do maranhão em 2001 produziu apenas 54% (Tabela 3.2) da demanda

maranhense. Apesar de mudanças na composição do mercado de cimento no estado, a partir da implantação de novas unidades de produção entre 2001 a 2012, o cenário verificado não registrou significantes alterações ao passo que em 2012 o estado produziu apenas 58% (Tabela 3.2) de sua demanda por cimento.

Tabela 3.3
Maranhão, Nordeste e Brasil
Produção anual de cimento e Consumo aparente anual
2001 e 2012 em 1.000 toneladas

	2001		%	2012		%
	Produção (a)	Demanda (b)	(a)/(b)	Produção (a)	Demanda (b)	(a)/(b)
Maranhão	291	534	54	883	1.529	58
Nordeste	7.240	6.713	108	13.815	14.607	95
Brasil	39.453	38.912	101	68.809	69.324	99

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC.

Até o final de 2011 o estado contava apenas com uma fábrica de cimento denominada Itapicuru Agroindustrial inaugurada em 1974 no município de Codó. A partir de dezembro de 2011 em São Luís, após diversos problemas com a justiça envolvendo questões ambientais e principalmente a licença concedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA é iniciado as operações da fábrica de cimento do grupo Votorantim com capacidade para produzir 750 mil toneladas de cimento por ano a partir de investimentos que somam R\$ 86 milhões. Dando continuidade para o aumento da oferta de cimento no estado, em maio de 2011 entrou em operação na cidade de Açailândia outro empreendimento com capacidade para produzir 120 mil toneladas de cimento por ano.

Em setembro de 2012 a nova unidade destinada à produção de cimento em Açailândia foi habilitada pelo governo do estado a integrar o Programa de Incentivo as Atividades Industriais e Tecnológicas do Estado do Maranhão – PROMARANHÃO resultando em incentivos fiscais pelo prazo de 15 (quinze anos), correspondente ao crédito de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor do ICMS devido pela empresa no período.

A fábrica idealizada a partir da parceria entre um grupo espanhol e brasileiro opera utilizando insumos produzidos na siderurgia de propriedade do grupo brasileiro situado no mesmo município e importa clínquer da Espanha. Outra fábrica de cimento projetada para entrar em operação ao final do ano de 2014 com capacidade para produzir 500 mil toneladas

por ano está sendo construída em São Luís. A companhia também em setembro de 2012 foi habilitada pelo governo do estado a integrar o PROMARANHÃO.

Sucroalcooleiro e Agroindústria

Os segmentos Sucroalcooleiro e Agroindústria apesar de registrar na última década avanços no Maranhão a partir do aumento da área e da produção das culturas de cana e soja, relativamente são responsáveis por pequeno volume de investimento entre o período 2009 – 2019 correspondendo a apenas 0,81% do volume total das inversões realizadas e estimadas.

Apesar da pequena expressão relativa, há o registro de projetos de investimento com base na cadeia da soja a serem implantados a partir da instalação de complexos agroindustriais e também empreendimentos do segmento sucroalcooleiro principalmente situados ao Sul e Leste maranhense.

Os investimentos envolvendo o segmento agroindustrial diz respeito a novas unidades implantadas no Sul e Oeste do Maranhão a compreender uma refinaria de óleo de soja no município de Porto Franco e uma agroindústria destinada ao processamento de derivados de leite no município de Imperatriz.

A unidade instalada no Distrito Agroindustrial de Porto Franco destinada ao processamento de óleo de soja possui capacidade para esmagar mais de 500 mil toneladas de soja por ano. A companhia realiza a compra dos grãos na região denominada MAPITOPA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Leste do Pará) e busca direcionar sua produção ao mercado interno principalmente para a região Norte e Nordeste a partir da capacidade produtiva instalada de 5,5 milhões de caixas de óleo por ano.

Outra agroindústria instalada no período diz respeito ao empreendimento implantado no município de Imperatriz em 2010, destinado ao processamento de derivados de leite com capacidade para beneficiar 160 mil litros por dia, direcionados a produção de leite em pó e manteiga. A agroindústria busca aproveitar o significativo nível de oferta de leite na região configurada como uma das maiores bacias leiteira do Nordeste.

Outros investimentos projetados estão sendo direcionados ao complexo agroindustrial de Balsas, inaugurado em dezembro de 2012 e ao Polo Agroindustrial no município de Vargem Grande objetivando integrar a cadeia produtiva da soja no estado. Em Balsas será implantado um complexo agroindustrial avícola orçado em R\$ 146 milhões e em Vargem Grande, município localizado na microrregião de Itapecuru Mirim, próximo à região

produtora de soja de Chapadinha, pretende-se instalar uma unidade destinada ao processamento de frango composta por fábrica de ração, granja e abatedouro orçada em R\$ 82 milhões.

Alimentos e Bebidas

Os investimentos direcionados aos segmentos alimentos e bebidas possuem participação relativa reduzida, ao serem responsáveis por apenas 0,15% do volume de inversões esperadas. Dentre os empreendimentos compreendidos no período em análise, destaca-se o investimento realizado pela rede de supermercados maranhense Mateus a partir da idealização de uma nova unidade de panificação na cidade de São Luís, com capacidade instalada de produção estimada em 360 toneladas por mês de pão e outros itens. A partir de investimentos orçados em R\$ 12 milhões a empresa triplicou sua capacidade de produção de panificação com o objetivo de atender sua rede instalada por todo o estado.

A inserção do segmento bebidas no período em análise se deve a projeção de investimentos destinados à ampliação da capacidade produtiva da fábrica de bebidas da Schincariol localizada na cidade de Caxias. A unidade contemplada com incentivos fiscais do governo do estado entrou em operação em 2002 e ao renovar os benefícios em 2010 sinalizou novas inversões com o objetivo de diversificar e ampliar a produção da unidade.

CONCLUSÕES

A pauta atual proposta para o desenvolvimento do Maranhão não compõe uma dinâmica incomum ou desconexa da escala nacional e internacional. A sintonia é clara em relação às intervenções do capital verificadas em outras unidades da federação, em menor ou maior abrangência e intensidade. O presente trabalho direcionou esforços a contribuir para a compreensão conectada com além dos limites do espaço maranhense, se aplicando com bastante aderência e nitidez à atual reorientação produtiva verificada no Brasil.

O debate brasileiro sobre as opções escolhidas para a construção do tão esperado desenvolvimento do país, mais recentemente ganhou força a partir do avanço do debate referente à importância dos recursos naturais. O trabalho sugere como opção de viés analítico o estudo das regiões e da formulação de sua “questão regional” a compreender os espaços mais ou menos desenvolvidos. Tratamos aqui de analisar um recorte espacial bastante específico e um dos mais imersos no subdesenvolvimento brasileiro: o estado do Maranhão.

A intensa inversão de capitais públicos e privados direcionados ao Maranhão no período 2009 – 2014 e sua continuidade projetada para 2014 – 2019, se processa e instala em um espaço caracterizado por uma massa populacional excluída de poder, riqueza e renda. A partir da condição do subdesenvolvimento maranhense, o seu tecido social encontra-se mais vulnerável a intervenções nos territórios a partir de grandes grupos econômicos e do próprio governo.

Como dissertado, muitos desses conglomerados pertencem a grupos oligopolistas estrangeiros e a determinados grupos nacionais. Há pouco ou nenhum compromisso com o território em que se instalam, buscando tão-somente a realização no espaço maranhense de lucros em horizontes temporais estreitos, frequentemente guiados por estratégias acirradas diante da concorrência intercapitalista internacional.

Os investimentos realizados e projetados possuem como característica em comum o alto grau de vulnerabilidade, condicionada a fatores de determinação exógena, sujeitos à grande volatilidade dos preços definidos no mercado internacional de *commodities*. Outra característica é a natureza de enclaves, com pouco ou nenhum efeito de indução sobre suas áreas adjacentes.

Não faltam exemplos que demonstram o grau de exposição da atividade produtiva maranhense, condicionada aos efeitos de alterações longínquas a impactar fortemente a

dinâmica produtiva estadual. Os reflexos podem ser verificados a partir de seus impactos no nível de atividade e mesmo na continuidade operativa das unidades empresariais. O polo produtor de ferro-gusa na cidade de Açailândia e a unidade de produção de alumínio primário do consórcio ALUMAR em São Luís, frequentemente realizam grandes reduções em sua produção. Há também o registro de contração da produção da Companhia Siderúrgica do Maranhão – Cosima no município de Pindaré, e suspensão da produção da usina de pelotização da companhia Vale localizada no município de São Luís em 2012.

Muitos desses investimentos apresentam enormes incertezas ainda em sua fase de planejamento, ou são impactados logo após a implantação, sobretudo pelo caráter muito oscilante dos preços e das demandas internacionais. Um exemplo marcante diz respeito à unidade de pelotização da Vale, inaugurada em 2002 e após dez anos consta o registro de diversas paralisações.

Os implantes produtivos aqui caracterizados possuem a capacidade que se limita a promover crescimento da economia acompanhando de significativa vulnerabilidade, podem ser considerados restritos espacialmente a partir do seu potencial reduzido em produzir arraste e encadeamentos inter e intra-setoriais.

Apesar da economia maranhense ter registrado nos últimos anos, entre 1999 – 2010, níveis de crescimento real do PIB superior às médias brasileira e nordestina, com exceção dos anos 2008 e 2009, a atual estrutura e dinâmica de sua economia bem como o recente processo de acumulação de capital em curso, não sinalizam promover mudanças referente a inserção passiva da economia do Maranhão nos contextos nacional e internacional.

Portanto a atual rodada de investimentos e transformações sócio espaciais no estado é caracterizada por reforçar o grau de dependência da economia maranhense junto à dinâmica do mercado externo. A economia do Maranhão persiste em prover de recursos naturais e bens intermediários mercados que possuem dinâmicas e estratégias totalmente distantes da realidade regional. Como destacado, essa forma de inserção está em sintonia com as mudanças ocorridas na escala nacional, que reforça o papel do Brasil enquanto provedor mundial de *commodities* agrícolas e minerais em detrimento da indústria de transformação.

A estrutura produtiva maranhense se caracteriza especializada, pouco diversificada, marcada por forte participação relativa da indústria de bens intermediários, principalmente por segmentos responsáveis por significativos impactos ambientais e sociais. Há de se observar que a grande maioria dessas atividades produtivas não teria viabilidade financeira

nos países desenvolvidos, dentre outras razões, a considerar os gigantescos passivos ambientais produzidos. Um exemplo claro é o projeto destinado à instalação de uma fábrica de *pellets* no município de Chapadinha. A respectiva produção será destinada a atender parte da demanda da União Europeia, a partir do estabelecimento de uma meta para 2020 ao condicionar que pelo menos 20% da energia consumida nesses países seja oriundo de fontes renováveis.

Ao se analisar o montante dos investimentos realizados, entre 2009 – 2014, e programados, entre 2014 – 2019, segmentos industriais, constata-se forte tendência de manutenção e fortalecimento da concentração produtiva maranhense, especializada na extração e transformação de recursos naturais.

O volume de investimento considerado equivalente a R\$ 112,8 bilhões revela a face concentradora das inversões de capital. Apenas seis segmentos caracterizados por intensa demanda por recursos naturais ou orientados a atender a exploração dos recursos naturais respondem por 98,02% do total a ser investido.

Os setores que receberam ou irão receber os maiores investimentos são as atividades de petróleo e gás (38,03%), logística (32,15%), energia (13,61%), siderurgia (6,0%), alumínio (4,68%) e papel e celulose (3,55%).

Portanto essa nova rodada de investimentos se assemelha bastante àquela destinada ao Nordeste e ao próprio Maranhão na década de 1970, sob a igual retórica de promover o desenvolvimento socioeconômico, até hoje não observado seja na escala nacional, seja nas escalas macrorregional nordestina ou estadual. Os investimentos daquela década, assim como os atuais, tendem a promover e aprofundar no Nordeste as heterogeneidades produtivas, entre os diversos segmentos, e sociais, a compreender as diversas sub-regiões.

Em suma, a dinâmica econômica recente verificada no Maranhão é aqui compreendida como incapaz de agregar forças que conduzam à construção de um verdadeiro processo de desenvolvimento e, muito provavelmente, a exemplo dos impactos verificados na década de 1970, resultará por aprofundar os abismos entre suas regiões e sub-regiões dinâmicas e estagnadas, ambas envoltas de perversos problemas ambientais e sociais.

A situação verificada no Maranhão se insere em um movimento de debates sobre a necessidade da valorização estratégica dos recursos naturais, realizada atualmente em toda a América Latina, buscando posicionar questões estruturantes das economias regionais e das economias nacionais no atual contexto geoeconômico e geopolítico mundial.

O estudo pretende contribuir para destacar a necessidade de análises estruturais contínuas, seguidas de amplos debates e pesquisas sobre as trajetórias possíveis de construção de processos de desenvolvimento mais inclusivo e com perspectiva de longa duração. Tais análises e debates devem ter uma compreensão direcionada para *além Maranhão*, compreendendo a totalidade dos estados nordestinos. O Nordeste deve estar permanentemente inserido em buscar a compreensão da natureza de seu processo de subdesenvolvimento, a partir da compreensão histórica e análise da dinâmica atual. Há a necessidade de propor alternativas capazes de promover o desenvolvimento não somente do Nordeste, mais de todo o espaço brasileiro sustentado por um projeto de nação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Muito Além da Economia Verde. São Paulo: Abril, 2012.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica, Banco de Informações de Geração – BIG. . Disponível em: < <http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 20/03/2013.
- ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2013. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Rio de Janeiro: ANP, 2014.
- ARAUJO, Tânia. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 18/02/2013.
- BANDEIRA, Iris C. N. (Org.). Geodiversidade do estado do Maranhão. Programa Geologia do Brasil – Levantamento da Geodiversidade. Teresina: CPRM, 2013.
- BARBOSA, Alexandre (Org.). FREITAS, Gustavo. DOWBOR, Monica. AMORIM, Ricardo. O Brasil Real: A Desigualdade para Além dos Indicadores. 1ª Edição, São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BAUMANN, Renato. CANUTO, Otavio. GONÇALVES, Reinado. Economia Internacional. 6ª Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. Infraestrutura de Transportes do Maranhão. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Fortaleza: BNB, 2010.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. Infraestrutura de Transportes do Maranhão. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/>>. Fortaleza: BNB, 2010.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relatório Anual 2011. Rio de Janeiro, 2012.
- BRANDÃO, Carlos A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.
- BRANDÃO, Carlos A. Território e Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Anuário Mineral Brasileiro 2010. Brasília: DNPM, 2011.
- BP. Statistical Review of World Energy 2013. Disponível em: http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_ene. Acesso em: 02/02/2014.
- BRUCKMANN, Monica. Ou Inventamos ou Erramos: A Nova Conjuntura Latino-Americana e o Pensamento Crítico. Niterói: Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento), 2011.
- CAMPOS, Marize Helena de. Farrapos de algodão: observações acerca da economia maranhense na primeira metade do século XX. In: Revista de Economia Política e História Econômica, número 12, p. 5-26, junho de 2008.

- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930/1970. 3ª Edição, São Paulo: UNESP, 2007.
- CARDOSO, José G. da R. CARVALHO, Pedro Sérgio Landim de. FONSECA, Paulo S. M. da. SILVA, Marcelo M. da. ROCIO, Marco Aurélio Ramalho. A indústria do alumínio: estrutura e tendências. In: BNDES Setorial Insumos Básicos 33, p. 43-88, 2011.
- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.] (1997). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CEMAR. Companhia Energética do Maranhão. Relatório de Sustentabilidade 2011. . Disponível em: < <http://www.equatorialenergia.riweb.com.br>>. Acesso em: 05/03/2014.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota técnica: Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. Número 100 – Junho de 2011.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota técnica: Plano Nacional de Logística: Rodovias e Ferrovias. Número 113 – Outubro de 2012.
- DINIZ, Clélio Campolina. Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço. Campinas: IE/Unicamp. (tese de doutoramento), 1987.
- EQUATORIAL. Equatorial Energia S.A. Comunicado aos Acionistas 2014. Disponível em: < <http://www.equatorialenergia.riweb.com.br>>. Acesso em: 05/05/2014.
- EQUATORIAL. Equatorial Energia S.A. Comunicado aos Acionistas 2012. Disponível em: < <http://www.equatorialenergia.riweb.com.br>>. Acesso em: 05/05/2014.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. Prefácio a Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 16, p. 203 – 207, jan./jun., 2012.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória Econômica de uma Região Periférica. Estudos Avançados, vol. 11, n. 29, p 37 – 54, 1997.
- HIRSCHMAN, Albert. Transmissão Inter-regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. Economia Regional: Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 35 – 52.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006>. Acesso em: 20/11/2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos. Diversos anos.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas regionais do Brasil. Departamento de Contas Nacionais. Diversos anos.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual. Diversos anos.

- KLEIN, Evandro L. LARIZZATTI, João H. MARINHO, Paulo A. da C. ROSA COSTA, L. T. da. LUZARDO, Renê. FARACO, Maria T. L. Geologia e Recursos Minerais da Folha Cândido Mendes – SA. 23-V-D-II, Estado do Maranhão, Escala 1:100.000. Programa Geologia do Brasil (PGB), Integração, Atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil. Brasília: CPRM, 2008.
- MARANHÃO. Diário Oficial, Poder Executivo. Ano CVI N° 187 São Luís, 25 de Setembro de 2012.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC. Como Investir no Maranhão – Um Guia de Oportunidades. São Luís: SEDINC, 2013.
- MEDEIROS, Carlos A. de. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. *In*: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – III CNPEPI. O Brasil no Mundo que vem aí. Seminário China Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- MME. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM. Minério de Alumínio, Relatório Técnico 22 Perfil da Mineração de Bauxita, 2009.
- OLIVEIRA, Celso M. de. Wood Pelletes Brasil. Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa e Energia Renovável, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. Noiva da Revolução Elegia para Uma Re(li)gião. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? *In*: TAVARES, Maria C. (Org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Hamilton R. de, SOUZA, Kamille L. de. LIMA, Leonardo Dias. Nordeste do Brasil: Sinopse Estatística 2013. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 2013.
- OLIVEIRA, Hamilton Reis de. SOUZA. Kamille L. de. LIMA, Leonardo D. Nordeste do Brasil: Sinopse estatística 2013. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.
- OLIVEIRA, Hipólita S. de. Desenvolvimentismo e Dinâmica Urbano-Regional no Brasil. *In*: Encontro Nacional da ANPUR, v.15. Recife: Desenvolvimento, planejamento e governança, 2013.
- PAULA, Ricardo Z. A. de. HOLANDA, Felipe M. de. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, vol. 6 n° 10 p. 48-76. jan./jun., 2011.
- PAULA, Ricardo Z. A. de. MESQUITA, Benjamin A. de. A Dinâmica Recente, Impacto Social e Perspectivas da Economia do Estado do Maranhão 1970 – 2008. Fórum Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 2008.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: As Origens da Nossa época. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. 6ª Edição, São Paulo: Record Rio de Janeiro, 2001.

- SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão. Administração Tributária: 200 maiores contribuintes 2005 – 2012. Disponível em: < <http://portal.sefaz.ma.gov.br>>. Acesso em: 15/12/2013.
- SILVA, Robson D. da. Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro 1990 – 2008. 1ª Edição, Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- SNIC. Sindicato Nacional da Indústria de Cimento. Anuário da Indústria de Cimento 2010. Rio de Janeiro: SNIC, 2011.
- SNIC. Sindicato Nacional da Indústria de Cimento. Anuário da Indústria de Cimento 2011. Rio de Janeiro: SNIC, 2012.
- SUZANO. Suzano Papel e Celulose S.A. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal – Maranhão e Tocantins 2011. Suzano, 2012.
- VAINER, Carlos B. ARAUJO, Frederico G. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, 1992.